UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO EDUCADOR NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ – 1891 A 1950

LÉLLIS ANTONIO FINCATTI

SANTOS

2009

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO EDUCADOR NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ – 1891 A 1950

LÉLLIS ANTONIO FINCATTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação da Universidasde Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação
Orientadora: Profa. Dra. Maria Amélia Santoro Franco.

SANTOS

2009

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SibiU

F491f Fincatti, Léllis Antonio
2009 Formação e Atuação do Educador no Município de Guarujá – 1891 a 1950/Léllis Antonio Fincatti – Guarujá:
(s.n.) 2009
160 f. ; 30 cm. (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, Programa em Educação)

I. Fincatti, Léllis Antonio. II Título

CDU 37(043.3)--1997

ESTE PROJETO DE PESQUISA RECEBEU APOIO DA CAPES/PROSUP ATRAVÉS DE BOLSA DE ESTUDO OFERECIDA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

COMISSÃO JULGADORA

_____

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Guarujá,____/____/_____

Assinatura:_____

D E D I C A T Ó R I A

A minha companheira, Jacira de Almeida Ramalho,
pelo apoio incondicional.

A G R A D E C I M E N T O S

Agradeço as professoras Mercedes Damin e Josefina Agosto pela efetiva contribuição e confiança depositada neste pesquisador.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Amélia Santoro Franco em sua posição de coordenadora no ano de 2007/08, ao incentivo dado a este pesquisador.

Agradeço a todos os professores do mestrado em Educação da Unisantos pela dedicação e transparência que iluminam os nossos passos.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Marcel Mendes e Profa. Dra. Maria Apparecida Franco Pereira, pelas suas sugestões pertinentes e análises sensíveis.

Agradeço a minha irmã Leila Maria Fincatti e a amiga Elizabeth de Almeida Pupo pela ajuda e observações pontuais.

Agradeço a toda equipe de funcionários, colaboradores e colegas de mestrado, embuidos em um projeto de pesquisa, irmãos de ideais por uma educação mais justa e coerente.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Maria Amélia Santoro Franco, que aceitou, assumui, conduziu e iluminou meus passos na conclusão deste projeto.

E finalmente a minha mais nova amiga senhora Vera Lucia Pizza Melo Falkenberg, por ceder seu acervo e fornecer informações esclarecedoras.

RESUMO

Fincatti, Léllis Antonio. **Formação e Atuação do Educador no Município de Guarujá – 1891 a 1950**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos.

Este trabalho se dedica a transcrever pela História Oral como devem ter ocorrido a Formação e Atuação do Professor no Município de Guarujá, em um dado período que se desloca do projeto da Vila Balneária, iniciado em 1891, e prossegue até o ano de 1950, quando, as duas professoras atoras deste projeto de pesquisa estão atuando em plena capacidade de sua função. Os enfoques desses quase sessenta anos buscaram conhecer alguns aspectos como: que tipo de escola existia, como se davam as relações de ensino e de aprendizagem, qual era a proposta de gestão administrativa quando acumulavam funções, como despertou a vontade de ser professora, como se capacitaram, dentre outros. Foi possível compreender que a escolarização da então localidade de Guarujá, pertencente ao município de Santos, nesse período, ocorria em uma escola "particular", sob os auspícios da generosidade e dedicação de uma primeira professora: Dª Raquel de Castro Ferreira. Essa é a escola que constitui o primeiro enfoque deste estudo, sendo depois fechada. No entanto, novas unidades escolares, como é o caso do *Grupo Escolar do Guarujá,* irão chegando, até culminar com o *Grupo Escolar Vicente de Carvalho* dentre outras escolas municipais subordinadas a ela. O diferencial deste estudo decorre de um de seus procedimentos metodológicos, pois que, além da busca incessante e exaustiva de material bibliográfico, a história que está sendo (re)contada provém da memória viva de sujeitos que, de alguma forma, vivenciaram esse período. São pessoas moradoras da cidade, com idade entre oitenta e noventa anos, que chegaram a frequentar uma das unidades escolares recordadas, além de poderem relembrar fatos dos quais tomaram conhecimento mediante o relato de seus pais. Os anexos apresentam alguns documentos e fotos do período, o que enriquece sobremaneira esta retomada histórica. Por conseguinte, este estudo não traz uma história definitiva, mas busca contar a história vivida singularmente para, a partir dela, poder (re)contar a história, procurando conhecer o passado e não permitindo que se perca por falta de necessários registros.

Palavras chaves: ESCOLA, EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, FORMAÇÃO.

ABSTRACT

This work is dedicated to transcribe through its oral history how the Teacher's training and practice should have occurred in the village of Guarujá, in a given period of time, as the project moves towards the balneary village initiated in 1891, and continues until the year of 1950 of our Christian age, when two teachers in charge of this research study were operating at full capacity of their function. It was possible to understand that the education of the then village of Guarujá, belonging to the municipality of Santos, in that period, occurred in a "private" school under the auspices of the generosity and dedication of a first teacher: Dr. Raquel de Castro Ferreira. This is the school which calls the foremost attention of this work, then being closed later on. However, new school units, such as the "Grupo Escolar do Guarujá", would come up with the lead of "Grupo Escolar Vicente de Carvalho", among other municipal schools subordinated to it. What distinguishes this study is one of its methodological procedures in a way that besides its unstopped and exhausting search of bibliography material, the history, which has been here re-told, comes from the live memory of its people who experienced that period. They are people living in the city, aged eighty-ninety years old, who came to attend these schools and can also recall the facts that they know through the report of their parents. The annexes show some documents and photographs from that period, which certainly enrich substantially this return to history. Therefore, this study does not bring a definitive history, but aims at telling us the unusual history lived by its inhabitants in an attempt of letting us know the past as it really occurred and which we absolutely cannot afford to loose due to the lack of a proper record.

Keywords: SCHOOL, EDUCATION, HISTORY, TRAINING.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Foto da primeira igreja da Vila de Guarujá.....75

Fig. 2 - Foto de Vicente de Carvalho.....80

Fig. 3 - Pintura óleo sobre tela – Grupo Escolar Vicente de Carvalho.....81

Fig. 4 – Formandos de 1934 – Grupo Escolar Vicente de Carvalho.....82

Fig. 5 – Foto do Grupo Escolar Vicente de Carvalho – chalé nº 39.....83

Fig. 6 – Foto da professora Raquel de Castro Ferreira.....86

Fig. 7 – Foto da casa escola da professora Raquel de Castro Ferreira.....87

Fig. 8 - Foto do chalé número 39.....89

Fig. 9 – Foto de uma classe multisseriada.....90

Fig. 10 – Foto da professora Mercedes Damin.....96

Fig. 11 – Foto da normalista Josefina Agosto com vinte anos de idade.....100

Fig. 12 – Foto do diploma do curso Normal da professora Josefina Agosto...101

Fig. 13 – Foto da professora Josefina Agosto.....102

SUMÁRIO

Introdução
NO CONTEXTO HISTÓRICO - PESSOAL, O TEMA DA PESQUISA.....13

Capitulo 1
EDUCAÇÃO, ESCOLA E ORGANIZAÇÃO–CONCEITOS E CONTEXTOS.. 30

1.1 Legitimidade científica da história oral.....44

Capitulo 2
UM CENÁRIO HISTÓRICO.....48

2.1 Panorama Cultural, Econômico e Social.....48
2.2 Panorama Pedagógico Educacional.....59

Capitulo 3
GUARUJÁ – A VILA E A CIDADE.....71

3.1 O Grupo Escolar de Guarujá.....79

3.2 A História que se (Re)Contou.....85

3.3. Como aconteceu a Alfabetização.....85

3.4 Como a Aluna Alfabetizada tornou-se Professora.....,.....95

3.4.1 A Trajetória da Professora Mercedes Damin.....95

3.4.2 A Trajetória Da Professora Josefina Agosto.....100

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....105

FONTES E REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....112

ANEXOS.....122

INTRODUÇÃO

> A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. (THOMPSON, 1992, p. 22).

1. NO CONTEXTO HISTÓRICO - PESSOAL, O TEMA DA PESQUISA

Aos três anos de idade, face à minha impaciência para ler e escrever, minha mãe decidiu iniciar meu processo de alfabetização, matriculando-me no pré-primário.

Próximo ao local onde morávamos, havia a escola infantil Tietê, que funcionava dentro do Clube de Regatas Tietê; com sua imensa área de lazer cercada e cuidada por guardas contratados, atendia ao espaço e à tranquilidade que minha família procurava.

Como a escola tinha um baixo custo e era muito bem conceituada, foi interpretada como uma sorte ter conseguido uma vaga para que estudasse ali. Meu pai, nessa época, trabalhava como cartorário e minha mãe, no lar.

O intervalo de tempo dos três aos sete anos passou rapidamente e, ao atingir o grupo escolar, eu era considerado um aluno exemplar, só um pouco tímido. Nessa época, surgiu a vontade de praticar esportes, pois estudava na parte da manhã e, na parte da tarde, seguia frequentando o mesmo Clube, onde era conhecido por todos os funcionários e diretores, agora

já com a orientação e direção de um técnico para alguma modalidade esportiva.

Ao final do primeiro ano letivo do primário, surge a paixão de toda criança pela sua professora. No segundo ano, minhas professoras já não chamavam minha atenção e só no quarto ano, com dez anos, idolatrava a professora Dona Terezinha, sendo ela a primeira paixão do menino, agora alfabetizado.

Pensei inicialmente em ser engenheiro; no entanto, com a perda de meu pai, o foco mudou. O curso de administração, mesclado com o emprego de escriturário no Banco da Lavoura de Minas Gerais, em transformação para Banco Real, ajudou-me a seguir carreira bancária, chegando muito rápido, já na minha primeira colação de grau em um bacharelado em Administração de Empresas em 1974, como gerente de agência, responsável pela área de grandes contas. Em seguida, como forma de complementação, em mais um ano, me formei em Ciências Econômicas.

O curso de pós-graduação em nível de *lato sensu* não existia com essa nomenclatura; em 1977 terminei um curso de dois anos de extensão universitária - Estrutura e Análise de Balanços - e, em mais dois anos, em 1979, conclui curso de extensão em Comércio Exterior.

Preparado e gostando de lecionar, além do trabalho no Banco, ensinava em alguns cursos preparatórios. Nunca me interessei pelo magistério em cursos de nível fundamental e nível médio.

Na década de noventa, agora empresário na área do Turismo, trabalhando com diversões, entre vários cursos de atualização e especialização, acabei cursando e concluindo, os agora cursos de

especialização em nível *lato sensu* nas áreas de Administração, Educação e na recém-criada Educação Ambiental. Apenas não concluí e fui até o terceiro ano do bacharelado de direito na Universidade Mackenzie. Nunca abandonei o estudar e o lecionar.

No novo milênio, ao encontrar um grande amigo lecionando como professor doutor no curso de direito da UNAERP Campus Guarujá Fernando Tadeu Ribeiro do Val, conhecendo a minha trajetória acadêmica, o mesmo me convenceu a matricular-me em um curso *stricto sensu*, mestrado em Educação, na cidade de Santos.

Tomando conhecimento e gosto pela pesquisa, me interessei de imediato em conhecer a história da educação na cidade que havia adotado, Guarujá.

Quando cheguei a Guarujá em fins de 1984, foram dois anos de adaptação, pois saia de uma metrópole, onde existia um número sem fim de oportunidades, para uma cidade de proporções infinitamente menores e com oportunidades muito restritas.

Como consolo, as portas sempre estiveram abertas para lecionar e o curso de mestrado completava os meus anseios e criava oportunidade nas faculdades e universidades da região.

Em Guarujá, passei a escrever nos principais jornais da cidade, sobre Educação, Economia e Educação Ambiental, semanalmente, o que me levou a me aproximar de políticos e de pessoas influentes da sociedade local.

Em conversas com um amigo fotógrafo, Sr. José Baía[1], há muitos anos radicado na Cidade de Guarujá e que fazia “relatos” da história pela

[1] Raimundo Rodrigues Moreira - o Baía - Cidadão Guarujaense, colunista social, faleceu no dia 07.12.2003. Grande inspirador para a realização deste trabalho. Na história da Ilha de Santo Amaro,

exposição de fotos dos acontecimentos marcantes, notei que, dentre as inúmeras fotos que possuía, nenhuma, ou melhor, quase nenhuma retratava fatos relacionados à história da educação da cidade ou à presença de professores.

Desde o principio, me interessei por este tema e nunca obtive respostas, mesmo que pouco esclarecedoras. Intrigava-me uma cidade não ter a sua história da educação escrita ou ao menos lembrada por alguém e nem como seus professores chegaram a ensinar as primeiras letras para seus habitantes[2].

Aproveitando o mestrado na área de Educação, alimentei a vontade de pesquisar e conhecer, desde a fundação da Vila de Guarujá, até o ano em que encontrei documentação pertinente ao estudo. Indagava como seriam as escolas, os desfiles, os costumes das diferentes épocas ligadas a fatos educacionais e outras circunstâncias que poderiam demonstrar, de alguma forma, quais os modelos pedagógicos e de formação profissional e como seria a atuação dos docentes relacionados ao recorte temporal deste estudo – definido como a partir de 1891 até 1950.

É conveniente ressaltar que tal recorte se explica, porque, em 1891, com o projeto da fundação da Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro e, posteriormente, com a inauguração da Vila de Guarujá, entre 02 e 06 de

---

certamente, nenhum outro fotógrafo deixou um registro tão importante. São mais de 10 mil negativos catalogados, dos quais extraía conjunto de fotos para exposições. Baía nasceu no Ceará, vindo para Santos ainda jovem. No Itapema (Vicente de Carvalho), que tanto amava, trabalhou inicialmente no Estaleiro Cardoso, antes de começar a fotografar. Praticamente, sua vida foi atrás das lentes de um equipamento fotográfico, afirmava orgulhoso. Foi correspondente do jornal "A Tribuna" e dos "Diários Associados". Algumas fotos foram publicadas na revista "O Cruzeiro". Fez vários trabalhos no exterior. Afirmava orgulhosamente: "Eu sou o Pelé da fotografia".

[2] O povoado, conhecido como "Sítio da Glória" ou peio seu nome em língua tupi: GU-AR-Y-YA, pelo próprio significado - passagem estreita de um lugar para outro - estava entre as passagens da praia do Centro, atual Pitangueiras, para a de Astúrias, onde havia uma trilha estreita que permitia, até recentemente, *a* travessia de charretes e de pedestres. O local, onde se encontra a parte mais alta do Edifício "Sobre as Ondas", já se chamava Guarujá.

setembro de 1893[3], é reservado um dos “chalés de madeira”[4], o de nº 31, situado à Rua Mário Ribeiro, para construção de uma escola. Tais informações estão contidas no diário do Sr. Pedro Luis Pereira de Souza, que escreveu “os primeiros cinquenta anos da Companhia Prado Chaves”, e na biografia da professora Raquel de Castro Ferreira, fornecida pelo seu filho, comendador Luiz Beneditino Ferreira. Estes documentos serão retomados oportunamente neste estudo.

Só existem documentos oficiais da primeira escola estadual da Vila de Guarujá, inaugurada em 31 de março de 1932, com a construção do *Grupo Escolar de Guarujá* que, posteriormente (sete meses após), virá a ser denominado *Grupo Escolar Vicente de Carvalho*[5], agora utilizando o chalé número 39.

O recorte temporal chega ao ano de 1950, quando nesta data, as duas professoras entrevistadas para este trabalho acadêmico, encontravam-se na plenitude de suas funções educacionais.

Mas, antes desta escola ser incorporada ao Estado, como estudavam os habitantes da Vila de Guarujá? Como era a formação e quem eram seus professores? São passados quarenta anos entre a construção da

---

[3] Apesar de pequenas controvérsias quanto à verdadeira data de inauguração da Vila de Guarujá, este trabalho adota a data assinalada com base em publicações da época registradas no jornal "Correio Paulistano" de 04/09/1893, no jornal "Plateia", também de São Paulo e no "Diário de Santos", editado em Santos.

[4] Oportunamente, será relatada a instalação de chalés de madeira na localidade litorânea de Guarujá em 1891/3.

[5] Vicente de Carvalho, nascido em Santos em 05 de abril de 1866 e falecido em 24 de abril de 1924, foi, durante alguns anos, advogado e jornalista. Militou na política, lutou pela abolição da escravatura e pela proclamação da República. Ocupou vários cargos, dentre eles o de Presidente da Câmara Municipal de Santos. Foi deputado da Assembleia de São Paulo e Secretário do Interior e da Justiça. Tomou-se, depois, fazendeiro, agricultor e magistrado, recebendo sempre respeito e estima. Sua grande popularidade, porém, decorre de sua poesia, pela qual entrou em contato com a sensibilidade brasileira. Seus versos são conhecidos e apreciados, tendo publicado em prosa o verso durante muito tempo. Sua obra mais conhecida e que lhe valeu a entrada na Academia Brasileira de Letras é “Poema e Canções", publicada em 1908.

nova Vila Organizada e a primeira Escola Estadual conhecida e mais dezoito anos para plenitude do exercício profissional das duas entrevistadas.

Dando continuidade à busca de informações sobre o período compreendido entre 1893 e 1950, visitei a biblioteca central “Martins Fontes”, que possui o maior acervo em relação às demais bibliotecas da cidade. Busquei conhecer a história de como foi a educação e/ou como foram os modelos de formação e atuação dos professores nesse período; quem eram esses atores; como descobriram sua vocação para lecionar; quais leis educacionais que os orientavam e tantos outros dados. Concluí que há carência muito grande de documentos referentes a questões relativas à educação, principalmente no tocante à formação do professor.

Analisando esses quase sessenta anos com mais atenção, é possível verificar que a existência jurídica da cidade de Guarujá, como vila organizada, acontece em uma época de grandes transformações na história do Brasil e do mundo.

Temos em nosso País o final da escravatura, em 13 de maio de 1888; a Proclamação da República, em 1889; a mudança radical de um regime monárquico parlamentarista para um regime republicano presidencialista.

As nações mais civilizadas se debatem em meio às circunstâncias que dariam origem à Primeira Guerra mundial; as idéias positivistas de Augusto Comte chegam ao nosso País; atravessamos, na economia, mudanças significativas com a substituição gradativa, mas inexorável, de um modelo agrário-exportador e da cultura do “Café com Leite” para um ainda incipiente processo de industrialização; passagem pelo craque[6] de 1929, com a quebra

[6] Do inglês *crash*, voz imitativa de coisas que se quebram com ruído [...]; em português, sucessão de falências bancárias [...] baixa súbita de valores negociáveis. (AURÉLIO, 1986, p. 397).

da Bolsa de Valores da cidade de Nova York, cuja repercussão ocorreu em âmbito mundial.

Experimentamos um período de ditadura, pós-primeira República, atravessamos a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil alia-se à Tríplice Aliança contra as forças do Eixo e voltamos ao regime republicano.

São alterações profundas sofridas na história, na filosofia, na economia, com certeza, repercutindo diretamente nas propostas de formação e atuação do educador e nos modelos de políticas públicas na Vila de Guarujá, especialmente naquele momento histórico em que transcorreu a sua fundação.

Essa ausência de informações históricas despertou-me de tal forma perplexidade e inconformismo por nada encontrar, que decidi iniciar um período de busca de informações junto às escolas e aos professores mais antigos, cuja disposição em participar me estimulou mais ainda. Concluí que acabava de nascer um grande fator motivacional para meus estudos, o que poderia marcar também a minha passagem pela cidade, onde já resido há vinte e quatro anos, até mesmo como agradecimento pela acolhida que sempre tive.

Nas diversas conversas com antigos alunos e professores, pessoas ainda lúcidas e com idade acima dos 80 anos, que nasceram na cidade de Guarujá, pude constatar que seus pais, enquanto crianças, estudaram na casa da senhora Raquel de Castro Ferreira e que, após a sua aposentadoria, algumas escolheram por seguir a profissão de professoras inspiradas na sua primeira professora da então Vila de Guarujá.

A senhora Raquel de Castro Ferreira, pessoa emblemática na cidade, lecionava em sua residência na sala de visitas de sua casa, aos moradores da então Vila de Guarujá, em uma classe multisseriada onde

existiam apenas as três séries iniciais do ensino primário (antigo grupo escolar). No capítulo três, encontra-se uma foto e nos anexos a biografia fornecida pelo seu filho, Comendador Luiz Beneditino Ferreira, e cedida especialmente para este trabalho.

Por conseguinte, passou a ser um desafio didático e profissional, como educador, poder resgatar esse momento da história e deixar escrito um trabalho de pesquisa para que, no futuro, outros estudos venham a complementá-lo, se assim for necessário.

Trata-se de registrar aspectos, pela memória de algumas testemunhas vivas da história da formação e atuação do educador entre 1891 – 1950 na então Vila de Guarujá, passando pela sua emancipação, uma cidade cheia de problemas e contrastes, mas também impregnada de magia, pois temos que reconhecer todo o deslumbramento que o nome Guarujá causava e causa a turistas, veranistas e visitantes de todas as partes do mundo.

2. PROBLEMATIZAÇAO

Ao procurar o resgate de uma história ainda não escrita sobre a formação e a atuação do educador no município de Guarujá, em um período de aproximadamente sessenta anos – 1891-1950, que determina o início de uma ação político-pedagógica na cidade, inquietou-me pensar sobre formas de formação dos professores e seus procedimentos pedagógicos. Nessa perspectiva, o problema central de minha pesquisa assim se coloca: como se organizou a educação escolar e a formação do professor no município de Guarujá, no período de 1891 a 1950.

Em decorrência do problema central, alguns questionamentos se colocaram, a saber:

(a) Identificação do espaço físico e material: como era a escola – tipo de construção; uso de recursos como lousa, giz e apagador; tipo de mobiliário - cadeiras e mesas; existência de locais externos para brincadeiras, de luz elétrica e de banheiros; enfim todos os aspectos referentes às condições físicas da unidade escolar, que o ajudaram a tornar-se professor.

(b) E a dinâmica administrativa: como acontecia? Como os alunos chegavam à escola? Utilizavam uniformes? Qual o horário de aula? Havia um só professor ou mais de um? A escola tinha diretor, professor e funcionários? Quais os períodos de aulas? Enfim, todos os aspectos referentes à dinâmica pedagógica administrativa.

(c) E a dinâmica pedagógica: como foi o seu aprendizado? Usavam-se livros e/ou cartilha? Escrevia-se a lápis ou a caneta com bico de pena? Havia cadernos? Havia tarefas para serem feitas em casa? Havia aulas práticas e aulas de educação física? Havia algum método pedagógico recomendado e/ou utilizado? Enfim, todos os aspectos referentes às questões da relação de ensino-aprendizagem.

(d) Opção pela carreira: como era o perfil do professor da unidade escolar? Qual sua procedência? Como assumir um cargo de professor na unidade escolar? Enfim, todos os aspectos referentes à formação e à atuação educacional.

3. OBJETIVOS

O objetivo do pesquisador, cujos sentimentos a respeito de sua cidade e sua história são muito fortes, levará à apresentação de um trabalho voltado para a produção de conhecimento cientifico, pela mediação da história oral, cujo foco se encontra na formação e na atuação do educador no período de 1891 a 1950.

Pretende-se um trabalho acadêmico realizado com dedicação, empenho, responsabilidade, buscando eficiência para que possa representar ganho a todos que dele tomarem conhecimento.

3.1 OBJETIVO GERAL

Por intermédio das Histórias Orais relatadas pelas Atoras professoras convidadas, buscou-se reescrever como foi a Formação e Atuação do Educador no Município de Guarujá – 1891 a 1950, procurando conhecer, além de projetos educacionais, o perfil daqueles que optaram em sua existência de vida a ensinar e a gerir as práticas administrativas e pedagógicas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Por meio dos relatos componentes de uma história oral, procurou-se:

- conhecer como se deu a formação e a atuação dessas professoras e qual a imagem que a sociedade local fazia sobre elas;

- conhecer como foi a formação das professoras na época, no preparo para o exercício de sua função pedagógica, como organizavam suas aulas e que princípios didáticos pautavam sua atuação;
- conhecer como era a organização do prédio escolar, a grade de disciplina, o teor dos conteúdos, em especial a forma de atuação/método adotada/o e a que público eram destinados. (moradores da Vila ou os frequentadores da Vila);
- (re)escrever esse período da história da educação no município de Guarujá, especialmente no âmbito da atuação dos atores professores convidados;
- oferecer subsídios a todos que se interessem pelo resgate histórico e a todos que valorizam a memória oral como fonte de produção de conhecimento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

> Creio que a memória da maioria dos homens guarda estampados os dias da meninice mais do que geralmente se acredita (CHARLES DICKENS em DAVID COPPERFIELD, *apud* BOSI, 1994, p. 435).

4.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Pelos relatos dos professores atores convidados, em entrevista previamente programada, procurou-se estimular suas lembranças, mediante um questionário elaborado pelo autor, buscando evidenciar alguns dados. O interesse estava voltado para saber como essas pessoas vivenciaram a época abordada, circunscrita nos limites territoriais do município de Guarujá,

resgatando pela suas lembranças e a lembrança que possuem do que seus pais os ensinavam.

4.2 BUSCA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados bibliográficos e documentais para a realização deste trabalho de pesquisa iniciou-se na cidade de Santos, utilizando-se da biblioteca da Universidade Católica de Santos. A partir daí, foram consultadas hemerotecas, coletâneas de jornais e revistas da época, bem como os três *sites* do Município de Guarujá: da Prefeitura, da Câmara Municipal e da Secretaria de Cultura e Esportes.

Tais procedimentos decorrem da dificuldade de encontrar material bibliográfico no município de Guarujá. Paralelamente, a leitura de autores que relatam a História do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo, a Fundação de São Vicente, de Santos e de Guarujá se tornou necessária, especialmente na tentativa de conhecer como apareceram as escolas, seus hábitos e costumes, no decorrer da formação cultural do Brasil para o período em estudo.

Contudo, como já referido, especificamente voltada para o município de Guarujá, a bibliografia sobre o passado colonial e imperial desta localidade é precária. O mesmo se dá em relação ao recorte temporal deste estudo, quando os registros históricos são poucos ou quase inexistentes quanto a relatos referentes à educação formal.

Por conseguinte, restou a alternativa da procura de pessoas de mais idade, moradoras atuais ou não na Cidade de Guarujá, mas que nasceram nessa determinada época, frequentando e vivenciando antigos ambientes;

pessoas que ouviram as histórias que seus pais contavam, todos alunos da primeira professora Sra. Raquel de Castro Ferreira, trazendo elementos para se conhecer como foi a Formação e Atuação do Educador no município de Guarujá – 1891 a 1950.

Como Ecléa Bosi (1994), consideramos que o testemunho vivo é uma forma extremamente válida de (re)escrever a história:

> A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. (...) A recriação do passado feita por pessoas simples, testemunhas vivas da história, é diferente da versão oficial que se lê nos livros. Os velhos contam a história vivida e sofrida por eles. (....) Suas lembranças se prendem a velhos lugares. (....) E a cidade emerge cheia de alma, com sua memória política, sua memória de trabalho, as vozes de suas igrejas e ruas, seus pregões e cantigas, seus assobiadores das madrugadas (BOSI; 1994. p. 53 e contra capa).

Para entrar em contato com os sujeitos deste estudo, a primeira etapa foi constituída por uma visita prévia, para conhecê-los, explicando a intenção e o significado deste trabalho. Após sua concordância, partiu-se para um agendamento da data da entrevista, cujo teor versava, com base em relacionamento empático e informal, sobre: nome e endereço completos (se a mesma autoriza a divulgação); data de nascimento; profissão que exerceu durante a vida de trabalho; concordância com a divulgação dos relatos históricos; explicações a respeito de não existir comprometimento pessoal do entrevistado, a não ser resgatar a história da Educação e Formação dos Professores da Cidade de Guarujá entre 1891 até 1950; explicação a respeito de que não haverá contestação ou polêmica, uma vez que se buscam dados da lembrança simples de cada um.

Assim, o principal procedimento de coleta de dados deu-se pelo depoimento oral de moradores, que estão na faixa etária de oitenta a noventa anos de idade, que, de alunos, se tornaram professores, e pela retomada das suas lembranças e daquelas relatadas por seus pais. Um mundo escolar que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode ser identificado pela memória desses anciãos:

> "Um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas, ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omisso, pois essa seletividade com certeza tem seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito". (THOMPSON, 1992, p.18).

O trabalho de campo está composto pelo depoimento de duas professoras, na faixa etária que vai de 80 a 90 anos de idade, alunas da professora Raquel de Castro Ferreira, pelas suas lembranças pessoais e de histórias contadas pelos seus pais, esses "relatores" fornecem elementos que permitem a (re) construção da história – tema deste estudo. Nas reuniões sociais, dos três Centros de Convivência da Terceira Idade, com sedes na Cidade de Guarujá, encontramos pessoas com 80 e 90 anos e até com mais idade, ex-alunos dessas primeiras professoras.

O diário fornecido pela senhora Vera Piza Figueira de Mello Falkenberg, neta do idealizador da Vila de Guarujá, senhor Elias Fausto Pacheco Jordão, traz o relato do senhor Pedro Luis Pereira de Sousa, funcionário administrativo da empresa, que transcreveu os primeiros cinquenta anos da Cia. Prado Chaves, empresa que construiu a Vila organizada. Este

diário é extremamente importante como fonte de reconhecimento de vários aspectos sociais, políticos e econômicos do período.

Há, também, a contribuição de outros escritos que, se não fazem parte da história oficial, são relatos historiográficos que não podem e nem devem ser desprezados, ainda que se resguardem de confirmação científica mais acurada, anexos na bibliografia deste trabalho.

Para sintetizar, a coleta de dados, como procedimento, deverá ocorrer em âmbito de:

(a) livros escritos sobre a história da Cidade de Guarujá; como surgiu, como foi elevada à categoria de Vila até a sua emancipação política, constante da bibliografia deste trabalho;

(b) livros escritos por escritores santistas, sobre a história de Santos, que fazem algum tipo de recorte ou menção à Cidade de Guarujá, uma vez que Guarujá foi, até a sua emancipação política, Distrito da cidade de Santos, constantes da bibliografia deste trabalho;

(c) jornais e revistas da época, valendo-se do jornal “A Tribuna de Santos”, atualmente denominado “A Tribuna” com 114 anos de vida, que abrange 99% da época deste estudo e o jornal “O Estado de São Paulo”, um noticiário da Cidade de São Paulo, notório no Brasil inteiro, presente para todo o período em estudo, que abrange 100% da época abordada. As revistas lidas e pesquisadas constam da bibliografia deste trabalho;

(d) outros meios levantados, tais como arquivos de fotos de dois dos mais antigos moradores da Cidade de Guarujá, Srs. Oswaldo Cáfaro e José Baía, este inclusive que escreveu a história da Cidade pela foto, em um semanário local, como já referido anteriormente; fotos de um frequentador

assíduo na época proposta, Sr. Nicolau Scarpa Jr. e da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarujá;

(e) pesquisa via *internet*, em *sites* de educação e vídeos institucionais da Fundação Banco Itaú – localizada na cidade de São Paulo que falam da história do Brasil, voltada para a história da cidade de Guarujá, em especial no período de 1891 até 1950, cujos *sites* e datas de acesso constam da bibliografia deste trabalho.

Além da (re)construção pela memória dessas pessoas, as fotos dos arquivos de José Baía, Osvaldo Cáfaro e Nicolau Scarpa Jr. e a coletânea de fotos digitalizadas, cedidas pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Cidade de Guarujá, são fontes não só de estudo, mas também de ilustração da presente dissertação.

5. COM RESPEITO À DIVISÃO DO TRABALHO

Após as colocações até aqui apresentadas, resta dizer que a dissertação está estruturada a partir desta introdução, contando com três capítulos que versam respectivamente sobre:

Capítulo um: abordam-se os conceitos e definições sobre Educação, Escola, Organização e a função de professor da escola na sua condição de educador. No item 1.1, procura-se mostrar a legitimidade científica da história oral, baseada no livro de José Carlos Sebe Bom Meihy.

O capítulo dois traz a demonstração de um cenário histórico dessa época, abordando um Panorama Cultural, Econômico e Social. No item 2.1, é apresentado um Panorama Pedagógico Educacional.

No capítulo três é relatado um breve histórico sobre como foi construída a Vila e a Cidade de Guarujá e, em seguida, no 3.1 é apresentado um relato sobre como surgiu a primeira escola oficial em um chalé de madeira, até a preparação, a construção e a inauguração da moderna escola, em novo local, em 18 de outubro de 1939, indo até 1950, com relatos de como era exercida a profissão professor em sala de aula, chegando-se ao término do recorte temporal deste estudo;

No item 3.2 uma síntese que procura "contar" a história relembrada.

No item 3.3 como aconteceu a alfabetização na Vila de Guarujá.

No item 3.4 como a aluna alfabetizada tornou-se professora.

No item 3.4.1 A trajetória da professora Mercedes Damin.

No item 3.4.2 A trajetória da professora Josefina Agosto.

Os depoimentos foram gravados, fotografados e transcritos de pessoas com idade compatível com as propostas deste estudo acadêmico que possibilitaram (re)escrever e (re)contar, com base em suas memórias, a Formação e Atuação do Educador no município de Guarujá – 1891 a 1950.

Finalmente o pesquisador apresenta suas últimas considerações a respeito de todo o processo desenvolvido para este estudo, evidenciando as conclusões a que pode chegar. Estão anexadas algumas fotos como material de pesquisa, que complementa e enfeixa esta dissertação.

Essa felicidade que supomos,
árvore milagrosa, que sonhamos
toda arreada de dourados pomos,
existe sim, mas nós não alcançamos,
porque está sempre apenas onde a pomos
e nunca a pomos onde nós estamos
(VICENTE DE CARVALHO)[7]

[7] Homenagem que se presta à Cidade e ao poeta, mediante um excerto da poesia "Velho Tema", escrita por Vicente de Carvalho e dotada de raro sentido filosófico.

CAPÍTULO 1
EDUCAÇÃO, ESCOLA E ORGANIZAÇÃO – CONCEITOS E CONTEXTOS[8]

Educação é uma palavra que vem do latim, formada de duas outras: "*e"* ou "*ex*", que significa de dentro de, para fora; e "*ducere*", que significa tirar, levar. Educação significa o processo de tirar de dentro de uma pessoa ou levar para fora de uma pessoa alguma coisa que está dentro dela, o que está presente na pessoa em forma potencial.

É pela educação que se formam pessoas aptas a sobreviver e viver em sociedade. Além de sua função tradicional, a educação pode ter também papel social transformador. Pensadores políticos filosóficos como Marx e Platão[9], tinham em comum a convicção de que a educação dá às pessoas poder para mudar suas vidas.

---

[8] A elaboração deste capítulo está calcada em trabalhos de Clóvis Roberto dos Santos – O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança., Maria Luísa Santos Ribeiro – História da Educação Brasileira e Otaíza de Oliveira Romanelli – História da Educação no Brasil, dentre outros, conforme bibliografia apresentada.

[9] PLATÃO, filósofo grego, discípulo de Sócrates e professor de Aristóteles, é considerado um dos grandes pensadores da história da filosofia. Sua obra, escrita em forma de diálogos, ainda é muito influente. Os primeiros diálogos platônicos se ocupam principalmente da ética, abordando questões que em grande parte ainda são as da ética contemporânea. As doutrinas positivas, mais tardias e extraordinariamente influentes, incluem a chamada *teoria das ideias que,* para Platão, são objetos imutáveis e eternos do pensamento e servem para explicar a aquisição de conceitos, a possibilidade de conhecimento e o significado das palavras. Platão é também famoso por sua teoria da *anamnese* (reminiscência), de acordo com a qual muito de nosso conhecimento não é adquirido através da experiência, mas já conhecido pela alma na ocasião do nascimento, sendo que a experiência serve apenas para ativar a memória. Essa teoria é uma forma de inatismo (posição filosófica segundo a qual pelo menos alguns de nossos conceitos são inatos) e, até os dias de hoje, a memória genética ainda é matéria de grande interesse científico-filosófico.

MARX, Karl, cientista social, filósofo alemão, um dos discípulos de Hegel, viu sua ambição de seguir carreira acadêmica em Bonn frustrada devido ao seu radicalismo. Mudou-se então para Paris, onde encontrou Friedrich Engels; desde então os dois tornaram-se colaboradores em trabalhos de filosofia política; junto com Engels, escreveu o *Manifesto Comunista* (1848). Convenceu-se da importância central da economia (das condições materiais de vida) para a determinação dos demais aspectos da existência humana. Seus estudos resultaram na obra *O Capital*, de 1867 (editada por Engels em 1885-94). Desde sua morte, sua extensa obra tem exercido imensa influência sobre o pensamento político e social e, mais especificamente, sobre os movimentos e partidos socialistas do mundo todo.

Assim, há dois aspectos opostos e complementares: ao mesmo tempo em que conforma as pessoas às normas e ao modo de vida de uma sociedade, a educação também pode ser um instrumento de mudança social e de exercício da autonomia individual.

Nas sociedades mais complexas, a educação tem relevância especial, pois se torna cada vez mais importante garantir e sistematizar o acesso dos indivíduos às múltiplas informações e códigos de ação que a participação na vida social demanda e exige.

Na maioria das sociedades, qualquer que seja sua configuração política, cultural e econômica, a família é a primeira instituição com que uma pessoa entra em contato em sua vida. De uma maneira ou de outra, essa relação perdura até a morte, estando direta ou indiretamente presente.

Nessa perspectiva, a relação familiar é também a primeira instância onde se processa a ação educativa. Tal afirmação encontra sua veracidade a partir das sociedades primitivas, nas quais os ensinamentos para a vida social, para a vida produtiva e a transmissão de conhecimento eram realizados no reduto familiar.

Paralelamente, com o desenvolvimento e a complexidade das diferentes sociedades, surge a institucionalização da ação educativa, ou seja, surge a educação formal prestada agora pela instituição escolar.

Formal ou informal, realizada pela família ou pela escola, a Educação supõe que a pessoa não é uma “tábula rasa”, mas possui potencialidades próprias, que vão sendo colocadas em ação e desenvolvidas por intermédio do processo educativo.

Segundo GUARESCHI (1990), a escola seria aquela instituição superestrutural, na maioria das vezes imposta, obrigatória e controlada pelos que detêm o poder. Quando essa escola não executar a política e os interesses do grupo no poder, ela é censurada, mudada, reformada e até mesmo fechada. Escola seria, pois, na contemporaneidade, um dos aparelhos ideológicos do Capital.

Já na antiga Grécia, podiam ser observados dois modelos de Educação: o manipulador, usado pelos donos do poder, para adaptar as pessoas a seus interesses, e o libertador, simbolizado pela escola de Sócrates, que representava o processo de desenvolvimento da pessoa a partir dela mesma.

“Sócrates dizia: O parteiro tira o humano do humano. Assim deve ser o educador: aquele que tira de dentro das pessoas o que já existe de humano dentro dessas pessoas. A esse processo Sócrates chamou de maiêutica” (GUARESCHI, 1990 p. 70).

No decorrer da história da humanidade, vamos sempre encontrar uma inter-relação entre educação e interesses aos quais a mesma deveria servir. Poderíamos entender que há e tem havido um poder maior, interferindo, determinando qual a proposta educacional a ser seguida.

Para alguns, como LA CHALOTAIS,

> Nunca houve tantos estudantes como hoje. Inclusive gente do povo quer estudar. (...) Ensinam a ler e escrever a gente que só deveria aprender a manejar instrumentos. (...) O bem da sociedade exige que o conhecimento das gentes não vá mais longe do que é necessário para a sua própria ocupação diária. Todo homem que saiba além de sua rotina diária, não será nunca capaz de continuar paciente e atentamente esta rotina (1776, *apud* GUARESCHI, 1990, p. 70).

Segundo BERNARD DE MANDEVILLE,

> A fim de se conseguir, mesmo em circunstâncias difíceis, uma sociedade harmônica e um povo dócil, nada melhor do que a existência de um grande número de analfabetos e de pobres; os conhecimentos alargam e multiplicam os desejos, e quanto menos coisas uma pessoa desejar, mais fácil lhe será obtê-las (séc. XVIII, *apud* GUARESCHI, 1990, p.71):

Na Inglaterra, em 1897, um projeto de dar escolas a todos foi derrubado na Câmara dos Lordes e, entre outras razões, estavam estas:

> Em vez de ensinar-lhes subordinação, (a escola) os tornaria facciosos e rebeldes (...) Poderiam então ler panfletos sediciosos, livros perigosos. (...) Torná-los-ia insolentes ante seus superiores; em poucos anos; o resultado disso forçaria o governo a utilizar a força contra eles. (GUARESCHI, 1990, p. 71)

Na história ocidental contemporânea, com base na industrialização, os conceitos de educação e escola passaram a estar intimamente ligados, submetidos à função da gestão educacional, na figura de um diretor de escola, aos docentes em sala de aula e, especialmente, ao ideário que rege as políticas públicas.

Assim, na perspectiva do exposto, o ato de educar é uma práxis e, como toda práxis, supõe uma relação recíproca entre teoria e prática. A prática de educar, no entanto, nem sempre foi embasada por uma teoria rigorosamente elaborada. Durante muito tempo a humanidade se utilizou do saber espontâneo (e muitas vezes do conhecimento mítico) para orientar a ação educativa.

Ainda hoje, muitos educam dessa forma. Basta lembrar a educação informal que se efetua na família, bem como a maneira pela qual as tribos preparam as novas gerações. Não seria exagero dizer que muitas escolas

também aplicam fórmulas tradicionais, baseadas no senso comum e, portanto, empíricas.

A necessidade de tornar a prática da educação, intencional e mais eficaz para a obtenção de seus objetivos, traz consigo a exigência de maior rigor conceitual, de sistematização dos conhecimentos, de definição dos *fins* a serem atingidos e da escolha dos *meios* a serem utilizados. Assim, surge a *pedagogia ou a teoria geral da educação,* ainda que este estudo não se dedique a uma apreensão do teor político-ideológico dessa(s) teoria(s).

O desenvolvimento da sociologia amplia a compreensão da escola como instituição social complexa e da educação como processo de perpetuação e desenvolvimento da sociedade. Na passagem do século XIX para o século XX, o sociólogo francês ÉMILIE DURKHEIM analisa pela primeira vez o caráter social da educação, desenvolvendo uma abordagem científica não mais centrada no conceito, mas no fato concreto da educação.

A sociologia aplicada à educação privilegia a atitude *descritiva* e volta-se para o exame dos elementos reais, tais como a análise da inserção da escola em determinado campo da realidade, os instrumentos utilizados, o caráter das instituições escolares, a herança social (tradições, ideias, técnicas etc.), a interação entre quem recebe e quem transmite a educação e assim por diante.

DURKHEIM, como sociólogo, aplica sua ciência no estudo dos fatos da educação, enfatizando a origem social desta. Daí sua clássica definição:

> A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1965, p. 40).

No Brasil, por exemplo, o modelo agrário de economia, característico do primeiro período de nossa história (que vai do século XVI até a vinda da família real para o Brasil, em 1808), é acompanhado por uma escola cujas exigências aumentam com o desenvolvimento do *comércio* e, posteriormente, no século XX, com o início da *industrialização*.

É de especial importância para a reflexão sobre a pedagogia, a contribuição do estudo da história da educação. O interesse pelo passado não é o resultado de simples preocupação erudita ou mera curiosidade. A realidade presente só pode ser bem compreendida quando analisamos o passado. Com esses elementos, podemos viabilizar um projeto de mudança que não seja visionário e ingênuo ou que, ao contrário, não seja contaminado pelo pessimismo gerado pelas repetidas crises.

São recentes os trabalhos de síntese histórica no Brasil e muitos campos estão ainda a exigir perfil mais nítido da educação brasileira. Só assim será bem fundamentada uma análise crítica que proporcione mudanças efetivas.

Ainda entre as ciências humanas, a antropologia, a geografia humana e a linguística têm trazido importantes contribuições para a pedagogia, além da cibernética, que tem revolucionado os métodos pedagógicos.

A filosofia é muito importante para a pedagogia, mas não se confunde com ela, assim como o reconhecimento da relevante contribuição das ciências da educação (a psicologia da educação, a sociologia da educação etc.) não permite colocá-las no lugar da pedagogia.

As tendências contemporâneas da pedagogia visam superar análises parciais – individualista ou social –, na busca de uma abordagem

dialética da educação que possa equacionar devidamente os pólos opostos indivíduo-sociedade, reflexão-ação, teoria-prática, particular-geral.

Pretende-se superar, com isso, a concepção da pedagogia como "filha" da filosofia e também o risco do psicologismo ou do sociologismo. Isso não significa desprezar o importante papel desempenhado pela filosofia, que acompanha reflexivamente os problemas educacionais, e a contribuição dada pelas ciências em geral para que a análise dos fatos se torne mais objetiva.

O pedagogo precisa equilibrar as diversas contribuições teóricas que enriquecem sua teoria e lhe dão rigor e objetividade, mas deve evitar o que o professor Luiz B. Lacerda Orlandi[10] denomina "flutuações da consciência pedagógica".

O risco dos "ismos" só será evitado se a educação for o ponto de partida e de chegada dessas análises. Explicando: o ponto de partida da pedagogia é sempre um problema apresentado pela *realidade educacional*. Busca-se, em seguida, a contribuição das ciências auxiliares da educação, para só então atingir o ponto de chegada, que é, de novo, a *realidade educacional*. Assim, não se deve perder a especificidade da pedagogia como teoria distinta daquelas ciências, não rejeitando, ao mesmo tempo, sua contribuição.

Com isso, a pedagogia delimita o próprio campo e estabelece seu caminho, podendo, então, ser compreendida como *teoria geral da educação*, capaz de transformar a educação em uma atividade autônoma e eficaz.

Todos esses aspectos resultam de concepções – tematizadas ou não – que revelam, primeiramente, a seguinte questão: que homem se quer

[10] Professor Luiz B. Lacerda Orlandi: autor do livro (Org). A Diferença, da editora Unicamp. 2005.

formar? Para que tipo de sociedade? A partir da elucidação da base antropológica, passamos para a seleção dos *conteúdos* a serem transmitidos. *O quê* ensinar para formar aquele tipo de homem? Só então se colocam questões metodológicas: *como ensinar*? *como educar?* ou *como formar professores*?

Em termos teóricos e atuais, o gestor administrativo é tido como sendo um empreendedor, um gestor de problemas, um alocador de recursos, um negociador e, para isto, precisa conduzir sua equipe de trabalho com firmeza e amadurecimento.

O exercício da gestão não pode jamais permitir vantagens para o próprio gestor ou para alguém do grupo. É preciso que cada elemento do grupo se sinta valorizado, independente da função que desempenha. O gestor deve mostrar interesse por dificuldades profissionais ou pessoais dos seus liderados, sem que haja uma invasão de privacidade, de um e de outros. A ética profissional precisa ser vivida a qualquer preço.

Ao mesmo tempo, a motivação é a chave que abre a porta para o desempenho com qualidade em qualquer situação. É preciso compreender que a dinâmica geral da motivação é fundamental para uma gestão eficaz.

Para o gestor escolar, o que se propõe é valorizar a equipe pedagógica, defendê-la, buscar promovê-la, a partir da capacitação dos serviços de cada um dos professores, o que é da maior importância, cobrando atuação e responsabilidade necessárias.

O diretor escolar deve ser capaz de aplicar os princípios básicos da motivação humana, definindo um perfil de gestor educacional competente, com conhecimentos e habilidades capazes de mobilizar a equipe escolar e a

comunidade local, demonstrando, ainda, habilidade na organização, habilidade de resolver problemas criativamente e de dar visibilidade e transparência às ações e aos seus resultados.

Assim sendo, falar de gestão educacional é falar, em primeiro lugar, de educação, ou seja, de um processo social que, embora assumindo formas diversas, é comum a todas as comunidades humanas. Significa transmissão de conhecimentos, aprimoramento das capacidades morais e intelectuais e desenvolvimento da personalidade do indivíduo, mediante o ensino dirigido ou espontâneo, que se inicia pela própria relação intergeracional, como já referido.

Nessa direção, é possível afirmar que conhecer a origem e a história de um cargo pode contribuir para entendê-lo melhor. Assim, o Decreto Federal nº 1.331-A, de 17/1/1854, criava nas escolas primárias particulares o cargo de diretor, subordinado ao delegado do Distrito.

As primeiras indicações do cargo do ensino público estadual de São Paulo surgem quando da criação da escola-modelo, junto à escola normal, instituição destinada à prática de ensino dos normalistas, uma espécie de colégio ou escola de aplicação. O responsável pela administração da escola-modelo era denominado professor-diretor, com atribuições mais de coordenação pedagógica, conforme o Decreto Estadual nº 27, de 12/03/1890.

Em 1892, a Lei Estadual nº 88 determina uma ampla reforma, instituindo três graus de ensino --- primário, secundário e superior ---, e que os três tipos de escolas estaduais mais comuns na época – a escola normal, a escola-modelo e a escola-complementar – tivessem um diretor. Na época, o ensino primário dividia-se em dois cursos: preliminar e complementar. O primeiro funcionava em uma única sala (hoje, escola única ou isolada, sala

multisseriada com 20 a 40 alunos de diferentes níveis de adiantamento, e com apenas um professor). O curso complementar destinava-se aos alunos habilitados nas disciplinas do curso preliminar, como foi visto na Vila de Guarujá.

Seguindo o Decreto Estadual nº 248, de 26.07.1894, o concluinte da escola-complementar estava, praticamente, habilitado para o exercício como docente-adjunto nas escolas-preliminares, conhecido como professor-complementarista, uma vez que a sua formação se completaria na escola normal primária (nível equivalente às quatro últimas séries do atual ensino fundamental).

O mesmo decreto criou o grupo escolar, que ministrava o ensino das quatro primeiras séries do hoje ensino fundamental, além de atender, com baixa demanda, alunos da pré-escola ou do jardim-de-infância.

A Administração do grupo escolar cabia a um diretor escolhido entre os professores diplomados por escola normal (nível médio) ou, na falta destes, por complementaristas.

Considera-se relevante apontar que a estrutura e o funcionamento do grupo escolar permaneceram mais ou menos inalterados até a grande reforma de ensino determinada pela Lei Federal nº 5.692/71. Em São Paulo, a Lei Complementar nº 114/74 criou o cargo de diretor de escola para exercício em escolas de primeiro e segundo graus.

Outros tipos, ramos ou modalidades de escola existiam no Estado de São Paulo, frutos de inúmeras reformas, principalmente a da década de 30 até o ano de 1961, quando da vigência da primeira LDB brasileira, a Lei nº 4.024/61. Outras instituições para o ensino ginasial e colegial, acadêmicas ou

profissionalizantes, contavam com a função de diretor exercida por professores secretários e até por escriturários, conforme determinavam as leis específicas ou os regimentos escolares da época.

Hoje as escolas estaduais de São Paulo são administradas por um diretor de escola, cargo provido por concurso de títulos e provas dentre os professores licenciados em Pedagogia com no mínimo oito anos de magistério. Mas nem sempre foi assim, como se está resgatando, especialmente quanto à direção de escolas secundárias (ginásio e colégio) e técnicas (agrícolas, industriais e comerciais).

Instituído o grupo escolar, em 1894, assim como a figura do diretor e o regimento escolar, surge um tipo de escola que perdurou por quase 80 anos. Os diretores de grupo escolar, na época, eram nomeados pelo governador do Estado, portanto, cargos em comissão ou de livre escolha, dentre os professores normalistas ou complementaristas com pelo menos dois anos de efetivo exercício no magistério primário.

No regimento escolar constavam as atribuições do cargo de diretor, como sempre com sobrecarga das tarefas administrativo-burocráticas. Para o exercício do cargo nenhuma formação ou habilitação específica era exigida, apenas que o candidato fosse professor efetivo com prática docente.

Em 1896, a legislação exclui o professor complementarista (não formado por escola normal de nível médio) do rol de candidatos ao cargo de diretor de grupo escolar estadual.

A preocupação com a formação do diretor de escola primária só aparece a partir de 1920, com a reforma, que criou, entre outras instituições, a Faculdade de Educação, que tinha como um de seus objetivos a preparação do

professor para dirigir escolas. Os cargos de diretor de escola primária, de ginásio e de escola normal da rede estadual deveriam ser providos, preferencialmente, pelos formados na Faculdade de Educação.

Em 1931, a escola normal, além de formar o professor primário, assume a responsabilidade de preparar tecnicamente os inspetores escolares (hoje, supervisores de ensino), os delegados de ensino (hoje, dirigentes de ensino) e os diretores de grupo escolar (hoje, diretores de escola). Foi incluída no currículo das escolas normais a disciplina Organização Escolar, por influência de educadores como Lourenço Filho[11], cujo livro Organização e Administração Escolar era adotado em todas as escolas.

> Para o professor Lourenço Filho, "ensinar" é a arte de transmitir conhecimentos e técnicas, ou seja, o ensino é o processo de inculcação de noções e idéias. Esse papel coube historicamente à escola. "Educar" é levar em conta um conjunto de modalidades, "...todas aquelas em que uma educação integral, nessa compreensão, possa fazer supor". Para Lourenço, a educação é eminentemente social, é vida!

A nova disciplina incluía elementos de administração escolar, legislação do ensino e estatística (TABACCHI, 1979). Nos cursos de Pedagogia, criados a partir de 1939, a mesma nomenclatura foi mantida, com três disciplinas autônomas: Elementos de Administração Escolar, Elementos de Estatística e Legislação do Ensino. Em 1969, a reforma do curso de Pedagogia alterou os nomes das duas primeiras disciplinas para Princípios e Métodos de Administração Escolar e Estatística Aplicada à Educação, que eram obrigatórias para a habilitação em Administração Escolar (a última, para a habilitação em Inspeção Escolar).

[11] Lourenço Filho é um educador brasileiro conhecido, sobretudo, por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Foi duramente criticado por ter colaborado com o Estado Novo de Getúlio. Todavia, sua contribuição para a educação brasileira merece ser melhor estudada. Sua obra nos revela diversas facetas do intelectual educador, extremamente ativo e preocupado com a escola em seu contexto social e nas atividades de sala de aula.

Ainda em 1931, a mesma legislação transforma a Escola Normal da capital de São Paulo em Instituto Pedagógico, com novos objetivos como aperfeiçoar professores diplomados em escolas normais do Estado. Os egressos desse Instituto teriam o direito de ser nomeados para as escolas isoladas da capital, sem concurso e, posteriormente, de ascender aos cargos de diretor de escola, inspetor escolar e delegado de ensino, com vantagens enormes na pontuação.

Até o início da década de 30 não havia, de direito, uma carreira de magistério no Estado de São Paulo. Em 1933, foi regulamentado o provimento dos cargos de delegado de ensino (primário) e de diretor de grupo escolar, ambos por livre escolha do governo; logo, como cargos de confiança da administração e sujeitos à política dos que detinham o poder.

No caso de diretor, havia mais uma exigência: o candidato deveria ser professor normalista com pelo menos 400 dias letivos de docência em escola primária, o que na prática significava dois anos de magistério.

Ainda em 1933 ocorre a transformação do Instituto Caetano de Campos (nível médio) em Instituto de Educação (nível superior), que, além de formar professores primários, se incumbiria de formar professores secundários, inspetores escolares e diretores de grupo escolar --- estes últimos em curso de três anos de duração: dois para a formação geral e um para administração escolar. Está aqui o germe da organização do curso de pedagogia implantado a partir de 1939 que, com algumas alterações em 1969, perdura até os nossos dias.

A formação do administrador escolar, bem como a exigência de concurso para o provimento do cargo de diretor de escola, teve seu início na

década de 30, uma era de grandes transformações no campo educacional. O movimento denominado *Escola Nova* apresentou propostas inovadoras e mesmo revolucionárias para a época: a co-educação, o direito à educação, a escola pública para todos e a centralização do ensino no aluno e não mais nos conteúdos programáticos e/ou no professor, tão em moda na "escola tradicional".

Essas e outras propostas, que mudaram a história da educação brasileira, estavam consubstanciadas no *Manifesto dos Pioneiros*, que encarava a educação como um instrumento por excelência de uma reconstrução nacional a expressar-se na formação da hierarquia democrática, pela hierarquia dos capacitados recrutados em todos os grupos sociais.

Os signatários do *Manifesto*[12] lutavam por uma escola pública para servir à comunidade, obrigatória, gratuita e laica, isenta de segregações de toda espécie, especialmente quanto a cor, sexo e condições socioeconômico-culturais. A escola pública deveria ser comum e única, articulada em seus graus, ramos e modalidades de ensino, e preocupar-se com a formação biopsicossocial do educando por atividades intelectuais, manuais e sociais.

Esse era o momento político e educacional onde se encerra o recorte temporal desta dissertação, quando o Brasil passava por significativas transformações institucionais e quando os interesses maiores da sociedade, inclusive os educacionais, estavam monitorados por normas de um país já

.[12] O documento pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os nomes de vanguarda que o assinaram estavam, Anísio Teixeira (1900 – 1971), Fernando de Azevedo (1894 – 1974), que aplicou a sociologia na educação e reformou o ensino em São Paulo nos anos 1930, o professor Lourenço Filho (1897 – 1970) e a poetisa Cecília Meireles (1901 – 1964). A atuação desses pioneiros se estendeu por décadas, muitas vezes criticada pelos defensores da escola particular e religiosa. Mas eles ampliaram sua atuação e influenciaram uma nova geração de educadores como Darcy Ribeiro (1922 – 1997) e Florestan Fernandes (1920 – 1995). Anísio foi o mentor de duas universidades: a do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, desmembrada pela ditadura Vargas, e a de Brasília, da qual era reitor quando do golpe militar de 1964.

então republicano e sustentado, ainda, por uma elite oligárquica ligada ao setor cafeeiro. O capítulo a seguir busca mostrar que país era esse, onde estava incrustada a pequena localidade de Guarujá. Antes, porém responderemos a um questionamento pertinente. Qual a Legitimidade científica da história oral?

1.1 LEGITIMIDADE CIENTÍFICA DA HISTÓRIA ORAL[13]

A História oral tem validade cientifica ou é ficção? Esta pergunta merece um posicionamento do método por mim adotado e aceito. Independentemente do seu uso, cabe reconhecer que não são poucos os que insistem em vê-la como instrumento capaz de colocar novos elementos à disposição dos interessados na leitura da sociedade.

Neste sentido, mentiras, silêncios, fantasias, distorções dos fatos, omissões — enfim, aspectos da personalidade humana sobre fatos, mais do que "versões diferentes" — interessam e merececem atenção pela via da história oral.

A discussão sobre caráter científico (ou não) da história oral pode ser aliviada na medida em que o processo criativo atua desde a concepção do projeto até sua elaboração.

Há dois alvos montados para se atacar a cientificidade da história oral:

- o caráter de documento elaborado a partir de relatos orais, que sempre são tendenciosos, imprecisos e variáveis; e
- as derivações naturais da transferência do estágio oral para o escrito, que implica um tratamento com interferência no texto.

[13] Este item está calcado na obra de José Carlos Sebe Bom Meihy, Manual de História Oral, parte integrante da bibliografia deste trabalho.

No primeiro caso, em vista do conteúdo dos depoimentos, o que se diz é que comumente são inexatos, cheios de interfaces emocionais, vieses variados e capciosos. Ao contrário do que se pensa, é exatamente o conjunto dessas "alterações" que interessa. Ademais, situa-se na subjetividade da emoção e mesmo da paixão de quem narra o centro da atenção pretendida pela história oral.

> A objetividade reclamada da história oral é a mesma que deve ser cobrada de qualquer outro documento escrito, pois limitações idênticas permeiam a produção de documentos oficiais. (MEIHY, 2005, pg. 54).

No segundo caso, deve-se levar em conta que os processos de transformação da linguagem oral para a escrita pedem soluções próximas à literatura, o que faz com que a equiparação com a "arte" seja mais lógica.

Ironicamente, é na aproximação aos conceitos artísticos, principalmente no tocante ao tratamento dado à linguagem, que reside a aceitação ampla da história oral. Autores importantes de trabalhos de história oral, como Ronald Grele e Alessandra Portelli, se valem do termo "arte" para qualificar alguns de seus trabalhos mais importantes.

> É sempre preciso ter clareza se o que se busca nas entrevistas é informação ou impressão das pessoas sobre eventos do passado. (MEIHY, 2005, pg. 54).

No caso da elaboração de projetos em que as entrevistas tenham por objetivo primeiro buscar dados, é preciso antes fazer uma investigação capaz de garantir que tais informações inexistem ou pelo menos se servem de referência para comprovação. Além disso, torna-se necessário estabelecer os critérios da busca, pois não se trata de trabalho de interpretação de fatos.

Na maioria dos casos, os projetos arrolam entrevistas por motivos diferentes da busca simples de informações. É fundamental lembrar que em

história oral não existe mentira no sentido moral do termo. Toda mentira em história oral decorre de intenções, e é isso que merece ser compreendido.

> A variação da exatidão dos dados quase sempre é irrelevante para se avaliar as transformações das narrativas. Os estudos sobre memória devem levar em conta o significado das alteração. (MEIHY, 2005, pg. 55).

Muitas pessoas pensam ainda que a história oral deva, prioritariamente, ser usada em projetos que não tenham documentos escritos ou referências materiais capazes de gerar análises. Neste caso, cobra-se das narrativas um teor de informação próximo do que os positivistas acreditavam ser o papel do documento: conter a verdade em si. Modernamente, parte-se da premissa de que a história oral deva buscar a variação das versões. É na construção da narrativa, no subjetivo, que se situa o centro de interesse da história oral.

Hoje em dia, os projetos de história oral passam a ter importância por tratar de impressões, aspectos subjetivos, fantasias e visões de mundo, que implicam interpretações diferentes das possíveis na história elaborada com critérios considerados científicos e passíveis de comprovação.

Os projetos, que trabalham com a memória, por exemplo, são mais sujeitos às soluções de criatividade do que os que se limitam aos exames das verdades. É nesse sentido que a história oral, em tantos casos, está mais próxima da consideração não-científica. As modernas abordagens históricas também dispensam o caráter científico da história e, se concebidos como "saber" ou "conhecimento", os trabalhos de história oral se revestem da mesma reputação que os trabalhos históricos convencionais.

> Autores mais atentos ao moderno uso das narrativas como fonte garantem que o objetivo central da coleta de depoimentos não se esgota na busca da verdade e sim na sua experiência. (MEIHY, 2005, pg. 55).

O educador não pode cansar de viver a alegria do educando (...) No momento em que ele já não se alegra, não se arrepia diante de uma alegria da descoberta, é que ele já está ameaçado de burocratizar a mente (PAULO FREIRE).

CAPITULO 2
UM CENÁRIO HISTÓRICO

Como proposto ao término do capítulo anterior, considera-se pertinente realizar uma apresentação a respeito da principal conjuntura sob a qual vivia o país no período em pauta, recebendo influências de transformações que ocorriam também em outras partes do mundo, dinâmica essa que, de alguma forma, também atingia a pequena localidade de Guarujá.

Os dados a serem apresentados foram, em sua grande maioria, extraídos de documentários institucionais patrocinados pela Fundação Itaú - Banco Itaú São Paulo – Capital, compostos por dez fitas de filme com duração média de catorze minutos cada uma. Nem sempre há a fonte bibliográfica adequada para ser citada e muitas das informações são prestadas por atores que apenas se limitam a “narrar” os fatos, o que não desmerece em nada a qualidade e a veracidade do conteúdo relatado, dada a seriedade da produção.

2.1 PANORAMA CULTURAL, ECONÔMICO E SOCIAL

Um dos marcos históricos do final da monarquia no Brasil foi um evento cultural que recebeu a denominação de “Baile Fiscal”, realizado na Ilha Fiscal, quando revelou todo o esplendor de uma época na Cidade do Rio de Janeiro. Seu início é descrito com uma narrativa proferida pelo ator Marcelo Antony, de autor desconhecido que assim declama:

> Flora não se aborreceu na ilha. A novidade da festa, a vizinhança do mar, os navios perdidos na sombra, a cidade de fronte com seus lampiões de gás, embaixo e em cima, na praia e nos outeiros. Eis aí aspectos novos que encantaram durante aquelas horas rápidas. Não lhe faltavam pares nem conversação, nem alegria alheia e trote. Também invejava a princesa imperial que viria a ser Imperatriz um dia com absoluto poder de despedir ministros e damas, visitas e requerentes e ficar só no mais recôndito do passo, fartando-se de contemplação e de música. Era assim que Flora definia o oficio de governar. De alguma vez alguém lhe disse, como para lhe dar força: Toda alma livre é imperatriz.

Nessa época, ocorriam na Europa a consolidação da República Francesa, a industrialização da Alemanha e a expansão colonialista sobre a Ásia e a África. Entre as novas doutrinas políticas, ganha força o comunismo de Karl Max. Na Europa, próspera e rica, a época é de otimismo e inovação caracterizando a *"Belle Époque".*

No Brasil, após a guerra do Paraguai, os militares adquirem importância, procuram participação política, erguendo a bandeira republicana e adotando o lema positivista de Augusto Comte: *"Ordem e Progresso".*

Essa nova geração de militares encontra resistência entre os plantadores de cana e alguns cafeicultores que temiam o fim da escravidão. Se por um lado a exportação do café enriquece os cafeicultores, por outro, ela também desenvolve o mercado interno. Surge, então, uma burguesia formada por comerciantes e pequenos empresários que aderem às novas ideias republicanas.

Além disso, imigrantes republicanos chegam em grande número, trazendo fortes tradições sindicalistas.

Império e escravidão insistem em se perpetuar. No entanto, a economia redirecionada exige o trabalho livre. A Princesa Isabel assina a libertação dos escravos em 1888, tentando assegurar a sucessão ao trono. Os

latifundiários se sentem traídos e se voltam contra o Império. Cai o último apoio à monarquia.

Novamente, o ator Marcelo Antony descreve, de autor desconhecido:

> Por ora a cor do governo é permanentemente militar e deverá ser assim. O fato foi deles e deles só porque a participação do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um espetáculo digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando um lento suspense.

O golpe militar foi preparado para 20 de novembro, mas, temendo a represália do governo, os rebeldes anteciparam o movimento. Com algumas tropas, Deodoro da Fonseca conseguiu a adesão de Floriano Peixoto, chefe da guarnição, que defendia o ministério, prendendo todos os membros.

D.Pedro II, que estava em Petrópolis, ainda esboçou uma reação, mas, na tarde de 15 de novembro de 1889, foi proclamada a República.

Deodoro da Fonseca, o líder da República, é sucedido pelo marechal de ferro Floriano Peixoto. Seria eleito depois o primeiro presidente civil, Prudente de Morais (1894 -1898), iniciando a política do “café-com-leite”.

Foram difíceis os primeiros anos do novo regime. Houve especulação financeira com a criação da bolsa de valores e com o aumento da emissão de papel moeda. Surgiram também várias revoltas, que puseram em xeque a unidade nacional e a centralização do poder.

No sul, a revolução federalista procurava garantir a autonomia aos Estados. No Rio de Janeiro, ocorria a revolta da armada, tentativa da Marinha de recuperar os privilégios que detinha quando da monarquia.

Antonio Conselheiro, no Nordeste, liderava seis mil indivíduos que desejavam criar uma Pátria Espiritual. Após algumas vitórias, eles foram

dizimados em 1897. É a Revolta de Canudos, acompanhada pelo então jornalista Euclides da Cunha que sobre ela escreve a obra **Os sertões**.

Na arte, predomina o realismo. Machado de Assis relata a vida da classe média urbana no Rio de Janeiro. Também é realista a obra de Aloísio Azevedo, dela destacando-se **O cortiço**, onde é descrita a sub-habitação nas grandes cidades.

O advento da República traz a reforma no ensino oficial de artes plásticas. É no inicio do século que nossa pintura começa a assimilar de forma consistente as influências impressionistas e simbolistas. Eliseu Visconti é o grande nome desse período e que melhor soube expressar essas tendências.

Nas artes plásticas, desenvolve-se o estilo decorativo e floral, o *Art Noveau,* que se introduz no mobiliário e na arquitetura.

Realistas são também os retratos pintados para a burguesia por Henrique Bernardele ou as cenas românticas, expressando conflitos antigos como “Arrufos” de Belmiro de Almeida, cenas bem ao gosto da classe emergente, a burguesia urbana.

É nessa época que os pintores saem dos estúdios e começam a trabalhar ao ar livre, renovando o gênero da paisagem. Mas o grande pintor do momento é mesmo Almeida Junior. Em suas obras, sente-se a influência do impressionismo e da fotografia. Aproveitando a maré realista, evoca o mundo rural numa postura já pré-modernista.

Na prosa, Lima Barreto e Monteiro Lobato rompem a tradição ufanista mediante a crueza e o desencanto com que retratam o Brasil. Na poesia, parnasianos coexistem com o simbolismo. A eles se contrapõem poetas, que prenunciam o modernismo, como Augusto dos Anjos.

Enquanto Olavo Bilac lidera poetas parnasianos fiéis ao positivismo, na província, floresce a poesia simbolista de Cruz e Souza. O teatro de Arthur Azevedo, com suas peças críticas, já utiliza o linguajar nacional e promove inovação na arte do cenário e do vestuário.

No seu conjunto, a cultura desta época revela certa liberdade artística e a preocupação com o entretenimento. O teatro dedica-se ao cotidiano das cidades e aos conflitos da vida burguesa com peças escritas para atores de preferência do público como Natália Fausta e Procópio Ferreira.

Na área musical, surgem novas manifestações populares urbanas nas composições de Chiquinha Gonzaga e Alberto Neponuceno.

Muitos jornais são impressos como o Diário Popular, o País e o Jornal do Brasil. Novas técnicas de edição e impressão barateiam a imprensa escrita. Surgem inúmeros periódicos, até mesmo nas classes operárias. Os jornais e as revistas de grande circulação contam com a colaboração de caricaturistas e ilustradores e consagram cronistas.

As fotografias difundem e multiplicam os estúdios fotográficos.

A eletricidade e a modernização do país abrem os horizontes para o lazer popular e para produções artísticas. O cinema, recém criado na Europa, tem no salão Paris, no Rio de Janeiro, a primeira sala de exibição do país. Os cinematógrafos se multiplicam e casas de produções são construídas. Mas a produção nacional de filmes é ainda artesanal, não podendo concorrer com as produções estrangeiras. “Paz e amor” é o filme brasileiro mais importante do período.

Ao lado dessa cultura de elite, fortemente influenciada pela Europa, a cultura popular encontra algum espaço no carnaval de rua e no teatro de revista.

As grandes fortunas surgidas com o efêmero ciclo da borracha levam a "*Belle Époque"* ao Norte. A ferrovia Madeira-Mamoré é construída para o escoamento da borracha, tentando integrar economicamente a Amazônia. Nessa época, um personagem adquire especial importância na vida brasileira, o imigrante, que aportou em massa no Brasil no final do século XIX, como dito anteriormente. Vinha motivado pelas transformações e pelas contradições que a industrialização provocou: de um lado, um grande número de desempregados na sociedade européia e, de outro, uma demanda no Brasil, após a abolição da escravatura, de mão-de-obra livre e qualificada.

Procedentes de diversos países, muitos imigrantes se empregam no sul como lavradores. Fundam cidades e organizam novas formas de colonização baseadas na pequena propriedade e nas cooperativas. Outros se entregam ao cotidiano da cidade, abrindo oficinas familiares, criando indústrias e se dedicando a diversos tipos de comércio.

Inicialmente fechados em comunidades, mantiveram muitos costumes que foram incorporados aos poucos aos hábitos nacionais. Da comida à música, da língua às roupas, a influência dos imigrantes foi e tem sido marcante.

O Brasil ingressa no século XX sob o impacto dessas mudanças e do capital estrangeiro, que entra maciçamente no país. Encerra-se, assim, um século de monarquia e agricultura e abre-se um outro, de urbanizações, industrialização e inovações. O país procura deixar para trás o passado agrário

e colonial, desenvolvendo uma política remodeladora capaz de atrair mão-de-obra e capitais estrangeiros.

As capitais são remodeladas. Velhos prédios são demolidos para dar lugar a edifícios destinados às novas atividades mercantis e administrativas, dotando as cidades das instalações urbanas necessárias à modernização.

O Rio de Janeiro, sede do governo, é o centro político e econômico do país. A sua modernização exige a remodelação urbana. Combate à doença, à insegurança e à promiscuidade em que vivia a população mais pobre que é deslocada para a periferia e para os morros.

Os grandes casarões dos bairros centrais transformados em cortiços são demolidos, surgindo grandes avenidas, como a Avenida Central. São construídos novos edifícios, nos quais se misturam a *"art noveau"* européia e o ecletismo.

O sanitarista Oswaldo Cruz é o responsável pela campanha de erradicação dos focos de doenças endêmicas. Medidas de saneamento, entre elas a vacinação obrigatória contra a varíola, são recebidas com hostilidade pela população. Motins ocorrem em vários pontos da Cidade; é a chamada "revolta da vacina".

O convívio social, antes reservado ao interior das casas coloniais, ganha espaço nas ruas, onde o chapéu de palheta e o paletó de casimira e brim substituem a seriedade da sobre-casaca e da cartola.

O culto do chique, profundamente identificado com a vida parisiense, molda o gosto da época. É maior a presença feminina nas ruas, nas atividades urbanas e nas fábricas recém-instaladas.

Aos poucos, as cidades mudam de feição: moda, mobiliário, *status* e estilos estéticos e de vida chegam do exterior. Em nome da modernização, era rejeitado e perseguido tudo que lembrava a cultura popular ou interiorana como a capoeira, o candomblé, as serenatas, as rodas de samba e até mesmo o violão.

No entanto, as cidades recebem todo tipo de gente – fazendeiros enriquecidos, imigrantes, ex-escravos e desempregados. Aventureiros chegam atraídos pelo ganho fácil com as especulações financeiras na bolsa de valores e com as importações.

São Paulo também se renova e abandona o aspecto provinciano, adquirindo contorno de uma grande Cidade. As famílias ricas constroem seus palacetes; instalam-se linhas de bonde; a cidade é iluminada pela eletricidade.

O processo de modernização cria novas redes ferroviárias no Sul e Sudeste. Expedições como a “Marechal Rondon” mapeiam e ligam telegraficamente as fronteiras do sertão ao centro administrativo do país.

Esse período de modernização sustenta uma estrutura tradicional característica nos primeiros anos da República: a política do “café com leite”, que alterna na presidência, candidatos de Minas Gerais e de São Paulo. Nesse panorama, só a campanha de Rui Barbosa tem uma proposta mais progressista e democrática, defendendo o voto secreto.

Na Europa, a competição entre os países industrializados leva à formação de dois grandes blocos: a tríplice Intente e a tríplice Aliança. A oposição entre eles leva à primeira guerra mundial em 1914. Rompendo com a neutralidade, o Brasil alinha-se à Intente em 1917. A interrupção da importação

dos produtos europeus causados pela guerra favorece a industrialização e o efetivo ingresso do Brasil no século XX.

A primeira guerra mundial assinala a dissolução dos impérios que dominavam a Europa central, alterando o mapa do velho continente e abrindo uma época de intensos conflitos sociais. Com o término dessa primeira guerra, o mundo parecia uma festa, principalmente aos olhos das nações vencedoras. Os anos vinte foram os anos de ouro. Porém, de repente, parece que a festa acabou. Era o craque da Bolsa de Nova York, em 1929.

A partir das condições que redundaram na “crise de 29”, como passou para a história, outras consequências advindas da primeira guerra mundial se fazem sentir. Incapaz de atender às necessidades dos trabalhadores, a democracia liberal entra em crise. Lênin instala na URSS o comunismo, substituindo a monarquia. Surgem movimentos totalitários e nacionalistas amparados por intensa mobilização de massas: o fascismo na Itália e o nazismo, na Alemanha.

A crise capitalista reforçava as posições dos ditadores já no poder. Mussolini, na Itália, Salazar, em Portugal, preparavam o caminho para outros como Franco, na Espanha, Hitler, na Alemanha e Stalin, na União Soviética, o único ditador de esquerda. Nos Estados Unidos, Roosevelt tinha que enfrentar as amarguras da depressão econômica.

No Brasil, a incipiente industrialização propiciada pela guerra, o fluxo de imigrantes e a expansão das cidades criam novas demandas sociais. A hegemonia política dos latifundiários é ameaçada. Em 1917, liderados pelos anarquistas, o maior movimento grevista do período, paralisa São Paulo. Inicia-

se um processo de agitação popular contra a carestia e as más condições de trabalho.

Nos anos 20, a produção cafeeira entra em crise expondo a fragilidade do modelo agro-exportador. As oligarquias se dividem e a oposição se fortalece. No entanto, na sucessão presidencial, o candidato do PRP – Partido Republicano Progressista –, Júlio Prestes, vence o oposicionista Getúlio Vargas.

Em 1922, explode a revolta do forte de Copacabana. É o inicio da contestação tenentista. Em 1923, é o Rio Grande do Sul que se revolta. No ano seguinte, ocorre a revolução de 1924 em São Paulo, origem da coluna Prestes que, durante um ano e nove meses, percorre o interior do país. As oligarquias conseguem se manter no poder, utilizando eleições fraudulentas, violência física, censura e suspensão das liberdades constitucionais.

Arthur Bernardes governa sob Estado de Sítio e é atribuída ao seu sucessor, Washington Luiz, a frase: “a questão social é caso de polícia”.

“Vamos fazer a revolução antes que o povo a faça” diz Getúlio Vargas em 1930, à frente dos seus gaúchos. Washington Luiz é deposto e Getúlio Vargas assume o poder. São Paulo reage, querendo fazer uma nova Constituição para o País. Explode a revolução de 1930, apoiada por uma coalizão formada pelas oligarquias marginalizadas, pela classe média, empresários e setores do exército; mas essa revolta dura muito pouco, sendo derrotada em 1932.

Getúlio Vargas chega ao poder enterrando a República Velha e, com o fim do antigo modelo político, a década termina, deixando a impressão que o Brasil alcançara a modernidade.

No Brasil, início da era Vargas, passamos a conhecer o regime ditatorial. Nos Estados Unidos o presidente é Franklin Roosevelt. Na América do Sul, início da guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia. Na Europa, Salazar torna-se presidente do Conselho em Portugal.

Em 1933, na Alemanha, Hitler torna-se primeiro ministro. Na Espanha início da Guerra Civil. Na América do Norte em 1936, Roosevelt é reeleito e temos a primeira transmissão televisiva na Inglaterra.

Em 1937, Picasso pinta Guernica, os Japoneses ocupam Pequim, Xanguai e Nanquim. No Brasil é instalado o Estado Novo. Em 1939 Hitler invade a Polônia e tem início a Segunda Guerra Mundial. Paris é ocupada em 1940.

O ataque japonês a Pearl Harbour em 1941 precipita a entrada dos Estados Unidos na Guerra. O Brasil entra em 1942 e em 1944 teremos o desembarque na Normandia, fato que ficou conhecido como o dia D.

Em 1945 nos Estados Unidos morre o presidente Roosevelt e Truman assume a presidência. Em oito de maio termina a guerra na Europa. No Japão explodem as bombas atômicas e a sua rendição acontece no dia quinze de agosto. No Brasil o presidente Vargas renuncia à Presidência e voltamos ao sistema presidencialista.

Em 1946 os Estados Unidos lançam o Plano Marshall. Em 1947 independência da Índia e Paquistão. Em 1948 temos a criação do Estado de Israel e os Soviéticos lançam a sua bomba atômica. A China torna-se comunista.

Em 1949 Simone de Beauvoir lança o Segundo Sexo e em 1950 no Brasil o presidente Vargas é eleito presidente da república.

Todo esse contexto que acaba de ser descrito, certamente, tem profundas repercussões **no panorama pedagógico educacional no Brasil.**

2.2 PANORAMA PEDAGÓGICO EDUCACIONAL[14]

Como já referido, na transição do período monárquico parlamentarista para o republicano presidencialista, o país deixa de ser escravocrata, vendo aumentar as demandas sociais, agora acrescidas daquelas referentes aos novos cidadãos brasileiros livres.

Concomitantemente, recebendo um número incontável de imigrantes, de várias nações, línguas e costumes diferentes, é compreensível a série de reformas que passou a acontecer em nosso sistema educacional, principalmente no sentido de se perpetrarem as correções e adaptações necessárias, nem sempre acertadas, no nosso modelo pedagógico-educacional, principalmente quanto à sua gestão.

As idéias liberais, que agitam o mundo nos séculos XVIII e XIX, trazendo à tona fecunda reflexão sobre a educação, muito tardiamente chegam até nós e, geralmente transplantadas, chegam sem a devida reflexão a respeito de nossas condições sociais, políticas e econômicas.

No Brasil, as idéias positivistas obtêm a simpatia das gerações mais novas de oficiais formados pela Escola Militar. Fundada em 1874, seu currículo voltado para as ciências exatas e a engenharia, se distancia da tradição

[14] Os dados deste tópico decorrem de pesquisa a três fontes principais, todas devidamente registradas na bibliografia desta dissertação, a saber: Clarice Nunes: (Des)encantos da modernidade pedagógica; Arilda I. M. Ribeiro: Mulheres educadas na colônia e Maria Luísa Santos Ribeiro: História da educação brasileira, dentre outras.

humanista e acadêmica. Além disso, esses oficiais se sentem atraídos pelas formas de disciplinas e moral severas, típicas do Comtismo. Não por acaso, os dizeres de nossa bandeira republicana, “Ordem e Progresso”, representam nítida inspiração positivista, como já referido.

Benjamin Constant, um dos ilustres professores da Escola Militar, embora inicialmente desinteressado de assuntos políticos, acaba se envolvendo no movimento que culmina com a proclamação da República. Escolhido ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, empreende a reforma educacional de 1890.

Este ministério, que estranhamente abrange assuntos tão díspares, dura apenas dois anos, ao fim dos quais a educação passa para a pasta do Interior e da Justiça. Apenas em 1930 é criado o ministério da Educação e Saúde.

A influência positivista da primeira República no plano educacional teve efeitos passageiros, além de que vários projetos sequer foram implantados. Alguns intelectuais, como Rui Barbosa, acusam os positivistas de conhecerem superficialmente as doutrinas pedagógicas de Comte. De fato, ao introduzir as ciências físicas e naturais nas escolas do primeiro e segundo graus, a reforma contraria a orientação Comtista, que as recomenda apenas para os maiores de 14 anos.

Por outro lado, segundo Fernando de Azevedo, ao sobrecarregar o ensino normal e secundário

> .... com a matemática, elementar e superior, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, o reformador rompe com a tradição do ensino literário e clássico e, pretendendo estabelecer o primado dos estudos científicos, não fez mais do que instalar um ensino enciclopédico nos cursos secundários, com o sacrifício dos

> estudos de línguas e literaturas antigas e modernas (ARANHA, 2002, p. 197).

Além disso, a Constituição republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribui à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Assim, é reforçado o viés elitista, enquanto a educação elementar continua a receber menor atenção.

O secundário, privilégio das elites, permanece acadêmico e propedêutico, voltado para a preparação ao curso superior e humanístico, apesar dos esforços dos positivistas para reverter este quadro. Persiste, portanto, o sistema dual de ensino.

As reformas não se implantam, de fato, devido à falta de infra-estrutura e de apoio das elites (a oligarquia do café), avessas a qualquer renovação cultural. Além disso, a Igreja Católica reagia de forma negativa às novidades positivistas, atribuídas ao governo republicano, considerado ateu, e que na Constituição estabelecera a separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos.

Além do positivismo, no início da República, alguns intelectuais sofrem influência do ecletismo, reunião de diversas tendências filosóficas das quais retiram o que lhes interessa para interpretar a realidade e agir sobre ela. É nesse momento que o médico Caetano de Campos, como administrador, empreende a reforma da Escola Normal de São Paulo, em 1890.

Por outro lado, após a Primeira Grande Guerra, com a industrialização e a urbanização, forma-se uma nova burguesia urbana e extratos emergentes dessa pequena burguesia exigem o acesso à educação. Retomando, porém, os valores da oligarquia, estes segmentos aspiram à

educação acadêmica e elitista e desprezam a formação técnica, considerada inferior.

O operariado exige um mínimo de escolarização e começam as pressões para a expansão da oferta de ensino. A situação é grave, já que na década de 20 o índice de analfabetismo populacional atinge a alta cifra de 80%.

O conflito das forças emergentes produz muitos movimentos políticos e culturais, sendo que, na educação, a efervescência é impar. Considera-se característica dos anos 20 o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”, dado que surgem intelectuais e educadores “profissionais”, isto é, especialmente voltados para a educação, e que empreendem debates e planos de reforma para recuperar o atraso brasileiro. Em 1924 é fundada a Associação Brasileira de Educação – ABE – que realiza diversas conferências nacionais.

Neste contexto, educadores da *escola nova* introduzem o pensamento liberal democrático, defendendo a escola pública para todos, a fim de se alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios. Os intelectuais escolanovistas produzem obra abundante e pretendem remodelar o ensino brasileiro, mas suas considerações dependem da produção estrangeira, faltando uma análise mais profunda de nossa realidade.

É notável a contribuição do filósofo e educador Anísio Teixeira (1900-1971). De volta de uma viagem aos EUA, entusiasmado com o pensamento de Dewey, a ponto de se tornar responsável pela disseminação das ideias pragmatistas no Brasil, entre outras obras, escreveu **Educação não**

é privilégio e **Pequena introdução à filosofia da educação**. Sua atuação sempre marcante estende-se desde a década de 20 até o início dos anos 60.

Outro nome importante é o de Fernando de Azevedo (1894 -1974), sociólogo que sofreu influência também de Durkheim. Ao lado de Anísio Teixeira e Lourenço Filho (1897-1970), participa dos movimentos de reforma do ensino e encabeça os documentos de 1932 em favor da escola pública. Escreveu extensa obra, da qual se destaca: **A cultura brasileira**.

Educadores como Lourenço Filho, Almeida Júnior, Hermes Lima e Frota Pessoa trazem uma influência renovadora – a escola nova. Em 1932, ao combater a escola elitista e acadêmica tradicional, que se acha sob o monopólio da Igreja, e ao defender a laicidade e a coeducação, os escolanovistas acirram os ânimos e a reação dos católicos conservadores, para os quais apenas a educação baseada em princípios cristãos seria a verdadeira.

A controvérsia entre católicos e representantes da *escola nova* surge a partir de 1920 e será retomada na década de 50. Resulta da reação dos conservadores que se opõem à política de laicização da escola pública.

Os representantes da ala católica se expressam na revista *Ordem*, fundada pelo filósofo Jackson de Figueiredo, no Centro D. Vital e, posteriormente, na Liga Eleitoral Católica. Baseiam-se nos princípios do Tomismo, a chamada “filosofia perene” de Santo Tomás de Aquino (século XIII), que na Idade Média adaptou o pensamento aristotélico à teologia cristã. Esta filosofia ressurge no final do século XIX, com o movimento neotomista, de iniciativa do papa Leão XIII.

Os pensadores católicos preconizam a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerarem que a verdadeira educação apenas pode ser aquela vinculada à visão moral cristã. Para eles, as escolas leigas “só instruem, não educam”.

Devido ao clima de conflito aberto, é publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, encabeçado por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis educadores. O documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e laica como um dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional. Critica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando a escola básica única.

Esse manifesto é muito importante na história da pedagogia brasileira, porque representa a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento.

A tendência escolanovista costuma ser identificada com a expressão “otimismo pedagógico”, na medida em que seus divulgadores estão imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola. Para tanto, buscam reagir ao individualismo e academicismo da educação tradicional, propondo a renovação das técnicas e a exigência da escola única, obrigatória e gratuita.

Antes mesmo que o ideário da *escola nova* fosse bem conhecido, diversos estados empreendem reformas pedagógicas calcadas nas propostas daqueles que seriam os expoentes do movimento escolanovista na década seguinte. Foram as reformas de: Lourenço Filho (Ceará, 1923), Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais, 1927),

Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1928).

Ao largo dessas discussões, teóricos, comprometidos com as doutrinas socialistas e anarquistas, reivindicam maior empenho do Estado para estender a educação a todos. Os anarquistas, conhecidos críticos das instituições, rejeitam os sistemas públicos por considerá-los ideológicos, divulgadores de preconceitos e comprometidos com os interesses da classe dominante.

Atribuem a cada grupo social a responsabilidade pela organização da educação, ou seja, para eles a educação é incumbência da comunidade.

Como já referido, os imigrantes italianos e espanhóis trouxeram as idéias anarquistas, dando força intelectual para as primeiras greves operárias. Nas décadas de 10 e 20, desenvolvem intenso trabalho de conscientização, utilizando panfletos, jornais, bibliotecas, centro de estudos. Conseguem formar várias “escolas operárias” – também conhecidas como escolas modernas e escolas racionalistas – em quase todos os estados brasileiros.

José Oiticica (1882-1957), teórico anarquista, é punido com o exílio em decorrência do intenso ativismo político. Professor universitário, também lecionou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Além da obra de cunho libertário, escreveu poesias, contos, teatro e ocupou-se com importantes questões linguístico-filológicas.

Em 1925, numa obra escrita para difundir o anarquismo entre os trabalhadores, diz Oiticica:

> A chave dessa educação burguesa é *preconceito*. O Estado, exatamente pelo mesmo processo usado com soldados, vai gravando, à força de repetições, sem demonstrações ou com argumentos falsos, certas idéias capitais, favoráveis ao regime burguês, no cérebro das crianças, dos adolescentes, dos adultos.

> Essas idéias, *preconceitos*, vão se tornando, pouco a pouco, verdadeiros dogmas indiscutíveis, perfeitos *ídolos subjetivos*. (...) Essa idolatria embute no espírito infantil os chamados *deveres cívicos*: obediência às instituições, obediência às leis, obediência aos superiores hierárquicos, reconhecimento da propriedade particular, intangibilidade dos direitos adquiridos, amor da pátria até o sacrifício da vida, culto à bandeira, exercício do voto, necessidade dos parlamentos, tribunais, força armada etc. etc. (José Oiticica)[15].

Evidentemente, a atuação dos grupos de esquerda, em uma sociedade conservadora como a nossa, tende a sofrer reveses e dificuldades intransponíveis com a repressão legal e policial. Por exemplo, em 1907, é aprovada a lei que determina a expulsão de estrangeiros acusados de pôr em risco a segurança do país. Na ótica do poder, são consideradas subversivas as ideologias de inspiração socialista e libertária.

A partir da década de 30, a educação passa a despertar maior atenção, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais ou, ainda, pelos resultados concretos efetivamente alcançados. Em 1930, como visto, é criado o Ministério da Educação e Saúde, órgão importantíssimo para o planejamento das reformas de âmbito nacional para a estruturação da universidade.

É possível compreender essas mudanças com a análise do contexto político, social e econômico já referido. Na década de 30, começa a era Vargas. Com a crise do modelo agro-exportador e o delineamento do modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, é exigida melhor escolarização, sobretudo para os segmentos urbanos.

Dentre os adeptos da escola nova, que na década de 20 tinham empreendido reformas de ensino, destaca-se Francisco Campos, cuja atuação

[15] Professor José Rodrigues Leite Oiticica (1882 - 1957). Poeta parnasiano e filólogo e notável anarquista. Em 1917 foi nomeado professor do Colégio Pedro II, ano em que também participou ativamente da organização da Greve Geral a nível nacional. Foi um dos grandes articuladores da Insurreição Anarquista de 1918.

já era conhecida no estado de Minas Gerais. Ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, recém-criado pelo governo provisório de Getúlio Vargas, imprime uma tendência renovadora nos diversos decretos de 1931 e 1932.

Pode-se dizer que, pela primeira vez, uma ação planejada visa à organização nacional – as reformas anteriores tinham sido estaduais. Os decretos que efetivam a reforma Francisco Campos, além dos que dispõem sobre o regime universitário, tratam da organização da Universidade do Rio de Janeiro, da criação do Conselho Nacional de Educação, do ensino secundário e do comercial.

O novo estatuto das universidades brasileiras propõe a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, “incluídos os de Direito, de Medicina e de Engenharia ou, ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras”. Esta última, evidentemente, se volta para a premente necessidade de formação do magistério secundário.

O ensino secundário passa a ter dois ciclos: um fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, este último visando à preparação para o curso superior. Com isso, pretendia-se evitar que o ensino secundário permanecesse meramente propedêutico, descuidando-se da formação geral do aluno. Todas as escolas se equiparam ao Colégio Pedro II, até então considerado modelo, e são estabelecidas normas de admissão de professores e formas de inspeção do ensino ministrado.

Apesar do real avanço, algumas críticas podem ser feitas ao total descaso pela educação fundamental. Além disso, a formação de professores não se concretiza de fato. No ensino profissionalizante, é regulamentada a atividade de contador e o curso comercial merece mais atenção do que o

industrial, este sim, de premente necessidade na conjuntura econômica que se delineava.

A falta de articulação entre o curso secundário e o comercial evidencia a rigidez do sistema, enquanto o enciclopedismo dos programas de estudo, ao lado de uma rigorosa avaliação, torna o ensino altamente seletivo e elitizante.

Em que pesem as dificuldades, o período da década de 30 foi importante para a criação e a organização das universidades. Embora algumas já existissem, resultavam de simples agregação de faculdades, mantendo-se a concepção acadêmica e dirigida para o “espírito da profissão”. Os decretos de Francisco Campos imprimem nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade.

A primeira universidade que consegue se formar com esse espírito e organização, de acordo com o decreto federal, é a Universidade de São Paulo, implementada pelo governo de São Paulo em 1934. Resulta da aglutinação de diversas faculdades e para os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP são convidados professores estrangeiros - ao todo treze -, dos quais seis franceses, quatro italianos e três alemães.

Nesse contexto abrangente que não sofrerá mudanças radicais até o ano de 1950, data proposta limite para este projeto de pesquisa, um fato toca especialmente este trabalho: no ano de 1934, no dia 30 de junho de 1934, a então Vila de Guarujá é elevada à categoria de Estância Balneária e nasce a Cidade de Guarujá, com a decretação de sua emancipação política, constituindo-se no recorte singular deste estudo.

Antes, em 31 de março de 1932, o *Grupo Escolar de Guarujá*, que nasceu próximo a inauguração da Vila de Guarujá, mediante o decreto estadual de nº 9.325/32, publicado no Diário Oficial do Estado na mesma data, recebe autorização para que seja iniciado o processo de se transformar em uma escola estadual moderna para os padrões da época, o que só virá a se concretizar no dia 18 de outubro de 1939 – "*Grupo Escolar Vicente de Carvalho*".

Uma escola modelo, baseada em projeto do Major Alfredo Vidal que identifica e classifica os edifícios escolares, quando na década de 10 apresentou, na gestão do prefeito de São Paulo, o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (1910-1914), um projeto completo de edifícios escolares, dentro de suas idéias positivistas.

> Ele imagina a escola como metáfora do corpo, um corpo escolar saudável: que respira bem (via dispositivos de circulação de ar), que enxerga bem (via dispositivos de iluminação), que se locomove bem (via espaços destinados a exercícios físicos), que dá higienicamente fim aos dejetos que produz (via aparelhos sanitários e seu conveniente uso e limpeza), que é controlada (via dispositivos de circulação interna dos edifícios, de seu fechamento eventual e da separação dos alunos por sexo na faixa etária acima de 10 anos) e que interioriza noções de ordem e asseio (via preceitos e indicações inscritos nos pontos mais convenientes do revestimento das paredes) (NUNES, 2001, p. 381).

E anteriormente ao novo *Grupo Escolar Vicente de Carvalho,* como era o *Grupo Escolar de Guarujá*? Como nasceu a Cidade para que possa escrever como ocorreram a formação e atuação do educador no Município de Guarujá e seus processos de gestão aplicados à Instituição de Ensino?

A lembrança da trajetória da primeira escola pública estadual na cidade de Guarujá torna-se obrigatória e fundamental neste estudo porque todas as duas professoras convidadas a participar deste projeto de pesquisa

estudaram quando criança e posteriormente lecionaram nesta escola ou estiveram em escolas subordinadas a esta direção, pois a partir de fundação da Cidade de Guarujá, outros núcleos de ensino foram surgindo, como os do Perequê, Enseada, Vicente de Carvalho e Santa Cruz dos Navegantes, culminando no ano de 1950 quando as duas professoras atoras desta pesquisa estão uma em cada núcleo e no auge de seu trabalho.

Para responder a essas e a outras indagações, pesquisou-se o diário do Sr. Pedro Luis Pereira de Souza, que escreveu ”Os primeiros cinquenta anos da Companhia Prado Chaves”, texto fornecido pela Srª Vera Piza Figueira de Mello Falkenberg, neta do idealizador da Vila de Guarujá, Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, com a finalidade de colaborar com a elaboração deste estudo.

Chega-se, assim, ao fulcro central desta dissertação.

CAPÍTULO 3

GUARUJÁ – A VILA E A CIDADE

> Entre as formações de sambaquis[16], os índios que habitavam a região que hoje conhecemos como sendo Guarujá, provavelmente nem imaginavam que esse lugar seria, no futuro, um grande balneário de elite, com um belo cenário, capaz de atrair os mais poderosos empreendedores.

Foi assim que um homem de grande visão, o engenheiro civil paulista Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, formado em 1874 pela Universidade de Cornell, Estados Unidos, com especialização na área ferroviária, desenvolveu um audacioso projeto que, quando pronto, fez com que o então presidente Washington Luiz dissesse uma célebre frase, que ficou marcada na história de nossa cidade: “Guarujá foi uma improvisação do gênio Paulista em 1891”, referindo-se ao Dr. Elias Pacheco.

Esse homem simplesmente fez com que a ilha deixasse de ser encarada apenas como uma prolongação improdutiva de Santos, para tornar-se uma região com potencial de vida própria.

Foi graças à visão empreendedora de Dr. Elias, pelas incríveis paisagens da então deserta ilha que, no ano de 1893, mais precisamente no dia 04 de setembro, em uma grande festa que durou dois dias, Guarujá ganhou o *status* de Vila, pois que, até então, não passava de um simples povoado.

---

[16] Esta frase de efeito: “Entre as formações de Sambaquis” e todo o destaque, pertence à baronesa Esther Sant’Anna de Almeida Karwinsky. Nascida em Brodósqui (São Paulo), era formada em direito e em mais dezessete cursos superiores. Seu nome sempre esteve associado ao folclore brasileiro, em especial a Guarujá. Escreveu **O caiçara**, parte integrante da bibliografia deste trabalho, dentre outros. Era presidente vitalícia da Associação da Terceira Idade em Guarujá e presidente da Abrasti – Associações Brasileiras da Terceira Idade –, como também da *American Folklore Society* e da *Société d’Ethnologie Française*. Faleceu no dia 09.12.2003. O destaque foi retirado da introdução do seu livro O caiçara. Demais dados retirados de sua biografia publicada no Jornal Primeira Hora na edição de 10.12.2003, quando noticiava seu falecimento.

A fundação da Vila Balneária foi o marco de existência da atual Guarujá. Afinal, graças a esse acontecimento é que começaram a surgir os primeiros grandes investimentos na região.

Foram implantados sítios de cultura de cana-de-açúcar, arrozais, engenhos, bananais e muitos outros recursos que viriam a contribuir para o desenvolvimento da Cidade.

Curiosamente, todo esse avanço ocorria mais por conta de gente do planalto do que de Santos, apesar de Guarujá estar subordinado ao município vizinho. Foi quando o Dr. Elias Jordão descobriu, no fim do século XIX, as potencialidades balneárias da Ilha. Parece que sabia que os efeitos paradisíacos deste recanto só poderiam ser devidamente apreciados pela elite econômica do país, que nessa época já estava se concentrando na capital de São Paulo.

E a Vila Balneária trouxe todos os ingredientes necessários para satisfazer o requintado paladar dessa burguesia emergente na época.

Para fundar a Vila Balneária, foi organizado um ousado plano de urbanização na região onde hoje é o centro da cidade. Esse plano audacioso incluía a compra de parte de um sítio de propriedade de Miguel Francisco Bueno e Chaves e sua mulher Antônia Fausto Rodrigues que eram proprietários do chamado sítio Glória. Eles o venderam a Miguel Antônio Jorge por 150$000 (cento e cinquenta mil réis) em 1860, com escritura lavrada em Santos. As terras faziam divisa com as da herança do capitão Antônio Botelho de Carvalho e também com as da herança do finado coronel Martin Francisco Ribeiro de Andrade.

Parte das terras foi adquirida mais tarde pelo Dr. Vicente de Carvalho, que em 1897 vendeu à Prado, Chaves & Cia, constituindo a sexta parte do sítio da Glória.

Segundo o Régio Aviso de 21 de outubro de 1817, o sítio Glória abrangia quase toda a área da parte central de Guarujá.

De acordo com o diário do Sr. Pedro Luis Pereira de Sousa, na praia da Enseada existiu outro sítio importante e expressivo:

> Naquela mesma ocasião, um Chaves (parece que avô do glorioso Edu Chaves), João Teixeira Chaves, era o proprietário do maior sítio da praia da Enseada, o chamado sítio "Da Paciência" com uma légua de testada e uma légua de fundo, que o cultivava então com 63 escravos e 12 agregados. Neste sítio ficava o "Engenho dos Chaves", que não era outro senão o velho Engenho de Nossa Senhora da Apresentação, com Capela, um dos primeiros criados na antiga Capitania de São Vicente (embora estivesse na Capitania de Santo Amaro), fundado cerca de 1560 por Manoel de Oliveira Gago e Gonçalo Afonso. O solar dos Chaves ficava a cavaleiro (sic) do morro da Paciência.

O autor esclarece que o solar era grandioso, com portas em ogivas. Havia a tradição de que lá existiam estátuas de ouro representando os doze apóstolos, depositadas num grande subterrâneo.

Em outro sítio mais retirado, Valêncio Augusto Teixeira Leomil, negociante e proprietário da Fazenda Perequê, a mais famosa propriedade agrícola de toda a ilha no período, dedicava-se, entre outros negócios, ao tráfico de escravos. Mesmo após a sua proibição em 1850, era realizado por navios que os desembarcavam na praia da Enseada.

Em 1890, Leomil pediu à Câmara santista, porque Guarujá pertencia a Santos, uma concessão por 70 anos, para instalar uma linha de trens de ferro. Após sua obtenção, a concessão foi então vendida à Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, da qual Leomil tornou-se diretor fiscal. Essa companhia havia sido fundada pelo Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, sócio-

gerente da Companhia Prado Chaves, como costumeiramente era chamada uma das maiores firmas exportadoras de café da cidade de Santos.

A Companhia tinha como sócio majoritário o senhor Elias Chaves, primo de Elias Jordão. O escravagista Leomil deu nome a uma das mais importantes avenidas de Guarujá.

Nesse período histórico brasileiro, final do século XIX e início do século XX, como já assinalado, a indústria estava em processo de expansão, desenvolvendo-se em paralelo aos interesses da cafeicultura. Os capitais destinados a indústria eram provenientes dos cafeicultores, do comércio importador e dos imigrantes. É, pois, com esse tipo de capital que a cidade de Guarujá foi construída.

Com a fundação da Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, importou-se da Geórgia, cidade norte americana, ainda em 1892, uma cidade completamente pré-fabricada em madeira de pinho, constituída por um hotel com cinquenta quartos, uma igreja, quarenta e seis chalés completos, sendo que o de número trinta e nove se transformou em uma escola estadual, na atual Rua Mário Ribeiro, que recebeu o nome de *Grupo Escolar Guarujá*.

Interessa, pois, saber que escola foi planejada e com que finalidade a mesma foi oferecida à população caiçara, pois, ao que se pode deduzir, ela não serviria aos filhos de turistas e veranistas.

Só para se ter uma idéia dos recursos inusitados para o Brasil de então, a localidade já desfrutava de água encanada, esgoto e luz elétrica, um verdadeiro luxo para a época. Enquanto a colossal encomenda não chegava dos Estados Unidos, o doutor Elias Fausto tratou de providenciar a construção

de uma pequena ferrovia, ligando a Vila do Itapema, atual Vicente de Carvalho, à futura Vila de Guarujá.

Fig. 1 - Foto da primeira igreja da Vila de Guarujá. Posteriormente acabou sendo destruída por um incêndio. Foto cedida pelo fotógrafo Baia. Pessoas são moradores da Vila.

E para trazer ainda mais conforto aos turistas, mandou vir também duas amplas barcas, a que deu os nomes de “Cidade de Santos” e “Cidade de São Paulo”. Como suas funções eram servir à sociedade paulistana, as mesmas partiam do Valongo em Santos e, depois de uma viagem de 40 minutos, atracavam numa costeira ao noroeste da antiga Itapema. Finalmente, as pessoas eram conduzidas por uma ferrovia, numa viagem de dez minutos até a Vila Balneária.

A partir daí, o crescimento da cidade foi contínuo. Nicola Puglisi sucedeu Elias Fausto Pacheco Jordão na presidência da Companhia Balneária

até 1926, quando Guarujá já era um Distrito de Paz, segundo a Lei nº 1871 de 26 de outubro de 1922 , assinada pelo então Presidente do Estado Washington Luiz P. de Souza e sendo nomeado o senhor Juventino Malheros seu primeiro prefeito, na época morador do chalé número 17.

Depois, em 1934, como vimos, a cidade viraria Estância Balneária e teria sua emancipação em 30 de junho do mesmo ano, por decreto assinado pelo então presidente do Estado, Armando Salles de Oliveira. O seu primeiro prefeito eleito foi o senhor Abílio dos Santos Branco.

O lugar se tornou um dos mais sofisticados e modernos balneários, frequentado pela elegante sociedade política e industrial. Foi uma verdadeira revolução nos costumes e hábitos da época, sendo este o primeiro e o mais importante empreendimento imobiliário do país.

Para elucidar ainda mais as condições objetivas da Vila nesse período, transcreve-se, na íntegra, a reportagem efetuada pelo jornal "*Correio Paulistano*", edição do dia 04 de setembro de 1893 e publicada no dia 06 de setembro de 1893, na Cidade de São Paulo com o título "A BALNEÁRIA", na folha dois do referido periódico, descrevendo como foi a festa de inauguração da Vila de Guarujá, que é parte integrante dos anexos deste trabalho.

Um segundo diário pessoal, relatado pelo senhor Lauro Barros Siciliano, com lembranças de seu pai, senhor Heribaldo Siciliano, refere que a senhora Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg[17] solicita ao mesmo que

[17] A senhora Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg, juntamente com seu marido, doutor Egon Falkenberg, foram um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá-Bertioga, no dia 10 de julho de 1958, com registro da ata de fundação no cartório na Cidade de Santos no dia 21 de outubro de mesmo ano. O Instituto foi declarado de utilidade pública pela Lei Estadual nº 5.614 de 03 de maio de 1960. Seu objetivo principal foi resgatar a história das Cidades de Guarujá e Bertioga, bem como a preservação de seus fortes e monumentos, como também impedir mutilações aos recursos naturais notáveis da região. Uma das maiores realizações do Instituto foi o seu absoluto empenho junto

transcreva como foram os primeiros cinquenta anos na Vila de Guarujá, mas agora relatando fatos da sociedade de São Paulo: como frequentavam, quem eram seus amigos comuns, como eram os finais de semana da elite paulistana da época, como chegavam a Guarujá, dentre outros pormenores. Este documento também foi cedido pela senhora Vera Piza Figueira De Mello Falkenberg.

Quem seriam as 46 famílias proprietárias dos chalés de madeira vendidos pela Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro? Na busca de suas lembranças, Siciliano não lembra o número do chalé de cada proprietário, a não ser o dos mais frequentados, mas enumera muita das famílias, retrato de uma sociedade paulistana dessa época, a saber: Heribaldo Siciliano, chalé de nº 38; Juventino Malheiros, chalé de nº 17; Julinho Penteado, chalé de nº 05; Ricardo Severo; Mauricio Levy; Heitor Rocha Azevedo, em cuja casa era rezada a missa aos domingos, entre o pegar fogo da primeira Igreja e a construção da nova Igreja; Alberto Penteado; Walter Seng; Dumont Villares; Costa Ferreira; André Matarazzo; Otávio Mendes; Cássio Muniz; Adelino Alves; Poyares; Pacheco Chaves; Rubião; Stefano; Ramos de Azevedo; Álvaro Assumpção; Cardoso de Almeida; Comparato; Trussardi; Pinheiro Lobo; Puglise; Toledo Piza; Arruda Botelho; Moraes Barros; Galvão Coelho; Fairchild; Campos Salles; Muller Carioba; Magalhães; Prado; Rebizzi; Comendador Galiano; Gagliasso; Carl Adolph von Bulow; João Alberto Salles Moreira;

---

ao governo do Estado de São Paulo, visando à criação de um órgão de defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do Estado. Sua vitória foi concretizada no dia 22 de outubro de 1968, quando foi promulgada a Lei Estadual de nº 10.247 que criou o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e sua competência, organização e funcionamento foram regulamentadas com a criação do artigo 128 da Constituição Estadual e que deu outras providências. Por ironia do destino, com o falecimento do casal, todo o patrimônio escritural resgatado pelo Instituto está se perdendo, abandonado no próprio CONDEPHAAT, em São Paulo, onde o autor teve a oportunidade de conferir algumas fontes de extrema importância para este trabalho, como os dois diários, únicos documentos originais encontrados e que foram citados várias vezes neste trabalho, ambos fornecidos pela filha do casal, senhora Vera Piza Figueira de Mello Falkenberg.

Armandinho de Salles Oliveira; Bernardino de Campos Neto; Luiz Alberto Munhoz; Nelson Minervino; Anesito Amaral; dos Crespi. As casas das famílias: Jafet; doutor Altino Arantes; Freschel e Zuzu Cunha Bueno eram mansões em alvenaria de frente para o mar, ao lado do Hotel.

3.1 *O Grupo Escolar de Guarujá*

Houve, como já apontado anteriormente, muita dificuldade para encontrar dados documentais sobre o *Grupo Escolar de Guarujá*. O primeiro e único documento que citou uma escola, foi o diário de Luis Pereira de Sousa. Até pela ausência de documentação sobre o tipo de escola na época, pode-se concluir que a mesma não foi construída para os frequentadores do Hotel e dos chalés, principalmente após conhecer os nomes de seus proprietários. Infere-se, *a priori,* que a escola destinava-se aos filhos de moradores que trabalhavam na Companhia, no Hotel e antigos moradores do Sítio da Glória, depois Vila de Guarujá, conforme será confirmado pelos depoimentos.

Ficou difícil constatar quem montou a escola. Como nessa época tudo foi construído pela Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, não seria difícil chegar à conclusão que a escola era produto da ação da Companhia. Mas, como a Vila Balneária pertencia ao município de Santos, essa conclusão pode ser um pouco precipitada. Só em 26 de outubro de 1922, por intermédio da Lei nº 1.871, a Vila de Guarujá é elevada a Distrito de Paz, lei assinada pelo Governador Washington Luiz P. de Souza e publicada pela Secretaria dos Negócios do Interior, em 10 de novembro de 1922.

Fig. 2 - Vicente de Carvalho. Esta foto está exposta na entrada da Escola Estadual Vicente de Carvalho. Foto cedida pela professora Maria Julieta da Costa Pupin, diretora na época.

Em 1926, a Companhia Guarujá sucedeu à Companhia Balneária que havia formado a Vila. Não suportando suas dívidas, passou os terrenos hipotecados para a Companhia Mechanica e Importadora de São Paulo, tendo sido administrada pelo Dr. Lindolfo de Freitas, diretor e fundador da Companhia Santista de Papel, a quem se deve a reforma da Vila Balneária.

Também nessa data, os serviços públicos, como água, luz, esgoto, estrada de ferro, lanchas e outros, foram encampados pelo Estado.

Em 1926, no dia 30 de junho, a Lei nº 2.184, assinada pelo Dr. Carlos Campos, então Governador do Estado, transforma Guarujá em Prefeitura Sanitária, sendo seu primeiro prefeito o santista, Juventino Malheiros, morador do chalé de número dezessete.

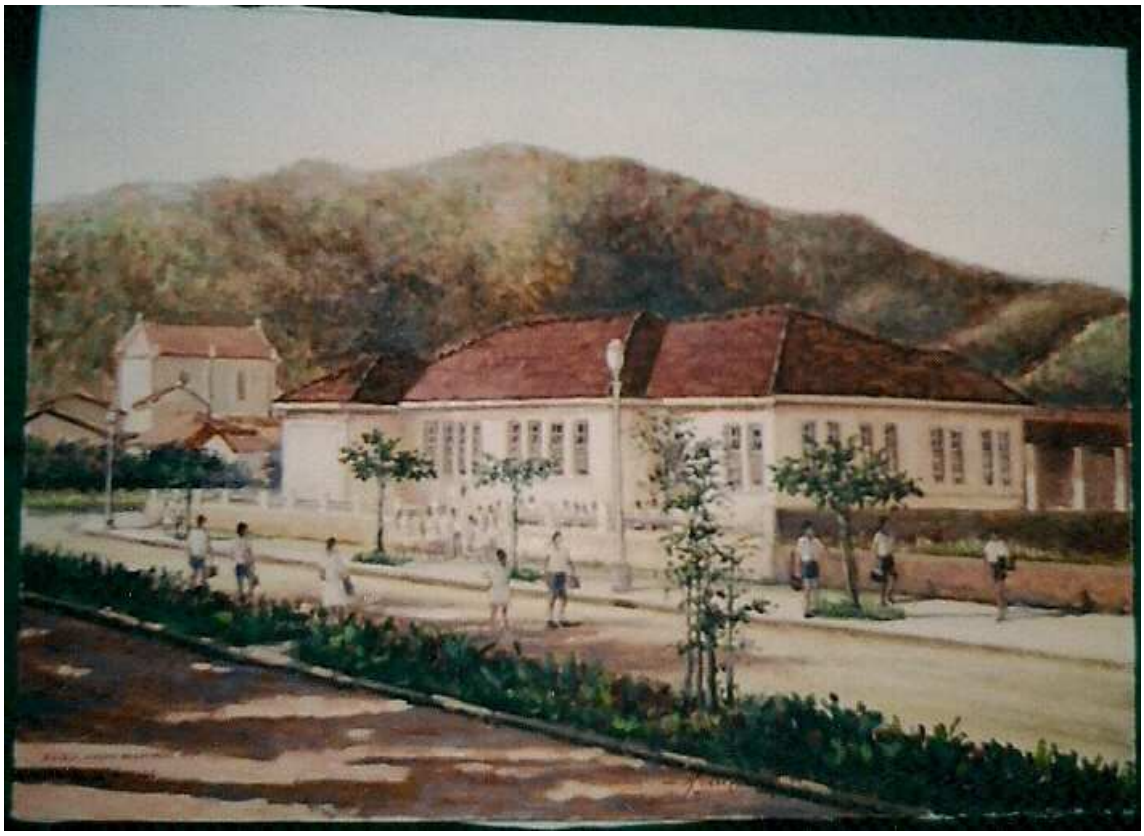

Fig. 3 - Pintura óleo sobre tela, do Grupo Escolar Vicente de Carvalho atual E.E. Vicente de Carvalho, pintado pela professora Mercedes Damin. Foto tirada do quadro em sua residência, no dia da entrevista. Ao fundo, vemos a nova igreja matriz. Retrata a época da inauguração da escola, 18 de outubro de 1939.

O primeiro documento oficial sobre o *Grupo Escolar de Guarujá*, com exceção da foto, é datado de 31 de março de 1932[18] e demonstra que a escola foi criada nessa data, não existindo nada oficial anteriormente. O que pôde ser resgatado e escrito se deu pela mediação da memória das pessoas entrevistadas, como veremos.

[18] Documento de constituição da escola ”Dados da Escola”, fornecido pela diretora atual da *Escola Estadual Vicente de Carvalho*, Professora Maria Julieta da Costa Pupin. No anexo deste trabalho.

Formandos de 1934.

A escola funcionava no Chalé 39 na Rua Mário Ribeiro.

. Jorge Mussa Gaze
. Jayme Daige
. Cardoso
. Cátebe Mussa Gaze
. Lílian Bertoldi
. Jurema Paiva
. Carmem Amado
. Julieta

Fig. 4 - Foto fornecida pela Professora Mercedes Damin. Formandos de 1934, todos os alunos citados no escrito foram identificados por ela.

Fig. 5 - Foto do Grupo Escolar Vicente de Carvalho na Rua Mário Ribeiro, chalé número 39. Foto cedida pela professora Mercedes Damin. Chegada dos alunos para aula. Ano 1934 ou 1935 pela sua lembrança.

Após essa data, vários documentos como fotos de alunos e das obras, bem como as autorizações e plantas de construções da nova escola, diários de classe, diplomas, cópias do contrato de locação do imóvel e do contrato para construção da nova escola ficarão fazendo parte dos anexos deste trabalho, como complemento do resgate histórico pretendido[19].

[19] Nesse curto espaço de tempo, que não foi além dos anos 1929 a 1932, é alugado do Sr. Alberto Garcia, conforme termo de arrendamento, um prédio em Guarujá, no dia nove de maio de 1932, situado à Rua Mário Ribeiro, *chalet* de número 39, pela Secretaria do Estado da Educação e da Saúde Pública, para nele funcionar um estabelecimento de ensino, denominado Grupo Escolar de Guarujá, mediante as condições, das quais descrevemos as principais: O prazo será por cinco anos a partir da entrega das chaves às autoridades escolares. Os alugueres serão de duzentos e oitenta mil reis (280$000) mensais, pagos depois de cada mês vencido, por intermédio do Tesouro do Estado. O prédio será convenientemente adaptado por conta do Governo Do Estado. O decreto que autorizou a locação é nº 5.427 de 05 de março de 1.932, decreto especial do Governo do Estado. A escola iniciou suas atividades no dia 04 de junho de 1932. No dia 27 de junho de 1938, na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, representada pelo Sr. Secretário de Estado, Dr. Mariano de Oliveira

Neste momento do trabalho, pode-se dizer que se chegou ao âmago de seu propósito, pois que, mediante a memória e a oralidade de sujeitos especialmente singulares, buscou-se (re)fazer e (re)contar a história da formação e atuação do educador no município de Guarujá em quase sessenta anos de sua história: 1891-1950. Narrarei agora o que foi relatado pelas duas professoras atoras deste projeto de pesquisa.

As coisas que realizamos, às vezes,
não são tão belas quanto as que sonhamos.
Mas, às vezes, realizamos coisas tão belas
que nunca se pensou em sonhá-las.
(autor desconhecido)

Wendel, comparece o Sr. Alberto Garcia e firma o contrato (...) Contrato aprovado pelo Decreto nº 9.325 de 14 de julho de 1.938 e publicado no Diário Oficial do dia 15 de julho de 1938. O novo prédio foi concluído em 20 de setembro de 1939 e as instalações do Grupo Escolar foram inauguradas em 18 de outubro de 1939, numa festa que contou com a presença de diversas autoridades locais.

3.2 A HISTÓRIA QUE SE (RE)CONTOU

Como síntese das informações colhidas nos depoimentos das duas professoras, senhoras Mercedes Damin e Josefina Agosto, pessoas essas que foram os sujeitos – memória viva – da elaboração de um resgate histórico da formação e atuação do educador na cidade de Guarujá – 1891 a 1950, algumas assertivas podem ser construídas.

Não se trata de, linearmente, “contar uma história”, até mesmo porque os depoimentos estão impregnados da emoção que acompanha o “relembrar” e mais emoção existe, quando esse resgate pela memória oferece a consciência do longo tempo vivido.

As entrevistadas, pelo resgate de suas lembranças e pelo notável desejo de participar e colaborar, responderam a todos os enfoques propostos nas questões norteadoras, conforme relacionadas nos anexos deste trabalho.

Narram com riqueza de detalhes as pessoas da época, como se estivessem olhando em um espelho e voltando no tempo. Mediante seus “causos” e a história de cada uma, em seu conjunto, deixam um panorama do que foi a vida, em geral, na então localidade de Guarujá, em final do século XIX e na primeira metade do século passado, resgatando, ainda, aspectos referentes às escolas e à educação nesse período.

3.3. COMO ACONTECEU A ALFABETIZAÇÃO

Pelo que foi relatado, a primeira escola funcionou, a partir de 1901 mesmo que de forma precária, na casa da professora Raquel de Castro

Fig. 6 - Foto da professora Raquel de Castro Ferreira fornecida pelo seu filho comendador Luiz Beneditino Ferreira, bem como sua biografia, no anexo deste trabalho.

Ferreira, em sua residência na então recém construída Vila de Guarujá, que hoje corresponde à Rua Petrópolis esquina com a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca no centro da cidade de Guarujá, que correspondia ao chalé de número trinta e um, sendo que as aulas eram ministradas na sala de visitas e as mesmas eram oferecidas aos moradores, na sua maioria pescadores, residentes nas imediações, uma escola mista onde lecionam juntos meninos e meninas.

Nos primeiros anos do século XX, porém, a escola de Raquel de Castro Ferreira torna-se pequena e a Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, como prêmio por seus esforços demonstrados na alfabetização de

alunos moradores da Ilha, no ano de 1916, oferece um chalé maior, o de número quarenta e um para continuidade das aulas, enquanto providencia a reforma de sua escola/residência, adaptando o chalé número trinta e um para receber uma quantidade maior de alunos e oferecer um maior conforto como sua residência.

Fig. 7 - Após a reforma da Vila Balneária em 1926, como ficou a localização do chalé residência escola da professora Raquel de Castro Ferreira e o coqueiro não removido, tornou-se um marco da cidade naquele momento. Foto cedida pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarujá.

O chalé de número quarenta e um ficava localizado onde hoje conhecemos por Rua Petrópolis, esquina com a Rua Mario Ribeiro, do lado direito de quem entra na cidade e caminha para praia. Após a reforma, voltando ao chalé de número trinta e um, a escola de Raquel de Castro Ferreira funcionou até o ano de 1928. No ano seguinte, a professora já com trinta e

nove anos de efetivo trabalho prestado à comunidade, recebe a sua merecida aposentadoria, tendo alfabetizado neste período aproximadamente 900 crianças sendo que nos últimos anos mantinha uma média de 40 alunos matriculados.

No ano de 1926, caminhando para o final do término do funcionamento da escola da professora Raquel de Castro Ferreira e indo até o ano de 1932, início de funcionamento do *Grupo Escolar de Guarujá*, houve uma nova escola, que funcionou na Rua Petrópolis, esquina com a Rua Mario Ribeiro, do lado esquerdo de quem entra na cidade e caminha para praia em um chalé em frente ao chalé de número quarenta e um, onde já havia funcionado como escola.

Esta escola mantida pela Prefeitura da Vila de Guarujá acabou sendo uma transição entre a escola da professora Raquel de Castro Ferreira e a futura escola estadual, *Grupo Escolar de Guarujá*. Foi uma escola mutisseriada comandada por uma professora contratada, moradora em Santos, Dona Hercília. Nada foi falado pelas professoras atoras, sobre a professora Hercília e nem sobre a escola. Apenas que era multisseriada e tinha um funcionamento semelhante ao da professora Raquel de Castro Ferreira.

Quando os depoentes, até pela sua idade, começam a relatar dados com maior riqueza de pormenores, já estão se referindo ao chalé de nº 39, da Rua Mário Ribeiro[20], onde se instalava o *Grupo Escolar de Guarujá.*

[20] Mário Ribeiro foi um homem que teve atuação das mais importantes em uma fase difícil da história da cidade. Entre os anos de 1918 e 1920, Guarujá, como várias cidades do país, sofreu uma epidemia de *gripe espanhola.* A moléstia não causou muitas vítimas, mas foi responsável por uma grande retração do turismo local que era uma fonte expressiva de renda. Não havia nenhum médico na região e quase todo o trabalho de atendimento aos doentes – além de orientação às pessoas sobre como proceder para evitar a moléstia -, foi desenvolvido por Mário Ribeiro que era um farmacêutico que residia na área central da Vila Balneária. Mário assistia os doentes em seu estabelecimento e ainda ia de casa em casa. Na maioria das vezes, esse atendimento era gratuito. Seu trabalho abnegado fez com que outras pessoas seguissem o seu exemplo. Neste aspecto, notabilizou-se a professora Raquel de Castro Ferreira.

Fig. 8 - Chalé de número trinta e nove. Aqui foi instalada a primeira escola oficial estadual na então Prefeitura Sanitária de Guarujá em 31 de março de 1932. Foto cedida por Raimundo Rodrigues Moreira – Baia.

Pelos relatos, na primeira unidade escolar, ainda nas dependências da casa da professora Raquel de Castro Ferreira, os recursos materiais de trabalho consistiam de: quadro negro, giz branco e um aparador que funcionava como suporte, onde eram colocados objetos que deveriam ser desenhados ou descritos pelos alunos.

Quanto ao mobiliário, as cadeiras eram comuns, portanto, não apropriadas ao aprendizado, sendo que alguns alunos sentavam-se no chão, fazendo dos assentos das cadeiras sua mesa de trabalho. O material escolar dos alunos era constituído apenas de lápis e de caderno. O período escolar era único: matutino.

Posteriormente, ao se referirem ao *Grupo Escolar de Guarujá*, descrevem a escola como um sobrado de madeira na cor branca ou em cinza amarelado, (talvez em decorrência da areia da praia ou mesmo pelo desgaste da pintura e a retomada da cor natural da madeira – pinho), com janelas mais escuras, uma cerca ao redor, muitas plantas, uma árvore em frente, um pátio não pavimentado, dois banheiros, cinco salas (duas maiores no andar superior e três menores no andar térreo), além da sala de secretaria, que também funcionava como sala da direção e dos professores.

Fig. 9 - Foto de uma classe mutisseriada de 1946. A foto foi cedida pela professora Mercedes Damin em homenagem a sua grande amiga também professora Josefina Agosto. Escola Rural da Praia de Santa Cruz dos Navegantes.

Nessa unidade escolar, os depoentes relatam que havia luz elétrica, lousa e que as carteiras eram duplas, de madeira com base de ferro, com um

tinteiro ao meio, completado todas as manhãs, pois a escrita era feita com canetas “bico-de-pena”. Relatam também, que a tinta era feita artesanalmente, na própria escola, pela servente senhora Deolinda da Silva Badan, entrevistada por mim em 09/11/2003, que iniciou em seu trabalho no *Grupo Escolar de Guarujá*, trabalhou por 30 anos seguidos até se aposentar, sempre na mesma escola, vivenciou a época desta pesquisa, confirmando as assertivas aqui colocadas. Nos anexos**,** a íntegra de sua entrevista realizada em sua residência.

Pelo lembrado, as salas eram desprovidas de aspectos decorativos como quadros, cortinas e lustres.

Reportando-se aos tempos da escola da professora Raquel de Castro Ferreira, os depoimentos se referem ao fato de que as crianças, ao chegar, eram recebidas, formavam filas e cantavam o Hino Nacional, antes do início das atividades didáticas, propriamente ditas. O mesmo comportamento na entrada das aulas é descrito em relação ao *Grupo Escolar de Guarujá.*

O que se conclui, pelos relatos, é que as crianças, em geral, chegavam à escola percorrendo trajetos a pé. Juntos, meninos e meninas, mas separados dentro do espaço físico, com uniformes ou mesmo sem – meninos com camisa branca e calça azul-marinho e meninas de avental branco –, calçados ou não, assistiam às aulas. Muitas vezes, os uniformes eram providenciados pela professora Raquel de Castro Ferreira.

Em um primeiro momento, à semelhança das atuais classes multisseriadas, as crianças eram divididas em fileiras, sendo que a cada fileira correspondia uma série escolar: 1ª, 2ª e 3ª, uma vez que a 4ª série, nesses primeiros anos, só era ministrada no município de Santos.

Apesar dessa separação, todos podiam ouvir os ensinamentos que eram oferecidos e, assim, todos podiam se beneficiar, de alguma forma, ampliando seu aprendizado.

Posteriormente, as aulas são ministradas, por um único professor, em cada sala destinada às diferentes séries escolares, ainda com separação de gêneros e com exigência do uso de uniformes. Neste momento, as aulas ocorrem em dois períodos – matutino e vespertino –, sendo que até mesmo em horário de recreio as crianças eram separadas: meninos de meninas.

Quanto ao corpo docente, portanto, a observação de um único professor em sala é recorrente em todos os depoimentos. Da mesma forma, a presença de um diretor só aparece quando os depoentes se referem ao *Grupo Escolar de Guarujá*, quando apontam também a presença de faxineira para prestar serviços na unidade escolar.

De início, na escola conduzida pela professora Raquel de Castro Ferreira, os depoimentos referem os precários recursos pedagógicos – lápis e caderno. Porém, são enfáticos ao relatar a seriedade e a dedicação da professora/diretora, não só em termos dos conteúdos ministrados, mas também em relação ao seu espírito caridoso e atencioso com todos, especialmente com os mais necessitados. Essa dedicação era reconhecida pelos alunos e por seus pais, daí o respeito com que a figura de Raquel de Castro Ferreira é tratada no resgate da história.

Posteriormente, já nas dependências do Grupo Escolar, encontram-se referências a uma maior diversidade de recursos pedagógicos: o próprio uso da caneta tinteiro, exclusivo dos alunos a partir do 2º ano (os alunos de 1º ano apenas usavam lápis); a utilização de cadernos e de lápis coloridos; a

realização de trabalhos em casa para posterior exposição ao final do ano letivo; ainda e especialmente, o suporte do uso da cartilha – Caminho Suave –, o que perdurou por amplo período do século XX.

Pelos depoimentos, não é possível afirmar que houvesse um determinado projeto pedagógico a ser executado. Sabe-se que os relatos sempre se referem à seriedade e à responsabilidade de professores, reconhecendo-os como exigentes, elegantes e educados. Pedagogicamente, as pessoas aqui entrevistadas consideram que o bom professor era aquele que sabia exigir mais de seus alunos, inclusive aplicando castigos quando, reconhecidamente, necessários.

As atividades externas à sala de aula, como brincadeiras, jogos e mesmo ginástica, eram conduzidas, ao que tudo indica, de forma intuitiva, pela ação da servente escolar.

Quanto aos processos de avaliação, os depoentes referem que professora Raquel de Castro Ferreira recebia “envelopes” com provas que eram aplicadas por ela, mas não corrigidas. Os dados não permitem saber como era feita e por quem era feita essa correção.

Posteriormente, os relatos se referem à presença de inspetores que chegavam à escola para aplicar os exames e realizar o processo de avaliação escolar dos alunos.

Finalmente, no que se refere especificamente à gestão escolar, pouco se pôde resgatar, até porque a própria legislação ainda não previa a presença efetiva e a formação adequada desse profissional. Pelos depoimentos, o diretor é reconhecido como pessoa gentil, respeitosa, bem

apessoada, bem vestida, mas muito exigente. É respeitado por todos, inclusive pelo corpo docente que lhe é subalterno.

Nada se pôde apreender sobre a formação profissional quer seja do diretor quer seja do professor nesse período da história da educação em Guarujá, embora essa carência de informações não signifique um dado depreciativo sobre a qualidade de docência e de gestão desses profissionais.

Na integração com a comunidade, as escolas – especialmente *o Grupo Escolar de Guarujá* – promoviam eventos cívicos, comemorando datas da Independência e da Proclamação da República, e realizando as exposições ao final do ano letivo.

Enfim, com seus relatos firmes e consistentes, os sujeitos desta pesquisa empírica resgatam a primeira proposta deste trabalho acadêmico – a formação escolar dos primeiros moradores da Vila de Guarujá e posteriormente Cidade de Guarujá entre os anos de 1891 e 1950 – ainda que não se possa dizer que essa história esteja completa e seja definitiva.

Quem teve a idéia de cortar o tempo em fatias,
a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar
no limite da exaustão.
Doze meses dão
para qualquer ser humano se cansar
e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação
e tudo começa outra vez,
com outro número e outra vontade
de acreditar que daqui para diante vai ser diferente.
Vamos acreditar sim, que ele vai trazer força e magia,
o sonho e a fantasia, a alegria de viver
e com certeza a fé de um novo amanhecer...
(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)

3.4 COMO A ALUNA ALFABETIZADA TORNOU-SE PROFESSORA

Como já referido, as duas professoras atoras vivas de meu objeto de pesquisa pela lembrança das histórias que seus pais contavam, aprenderam a gostar e admirar os feitos da professora Raquel de Castro Ferreira, e acabaram por adquirir a vontade de seguir a seus passos, mesmo que essa vontade estivesse embutida no seu subconsciente e não existisse uma razão lógica, plausível para tal feito. A vontade surgiu para elas da mesma maneira como surge a paixão por algo em nossa vida.

3.4.1 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MERCEDES DAMIN

Com relatos firmes de suas lembranças, o autor utiliza o seu recontar, mas não deixando de colocar muitas vezes, as próprias palavras da professora Mercedes Damin, pois ela conta com muita emoção e saudades o que foi a arte de viver o seu ofício, escolhida pelo próprio mister, ou seja, a necessidade naquele exato momento de alguém preencher um cargo.

Convidada a trabalhar, por volta de 1945 para assumir as aulas de todas as séries da Comunidade Carente do Perequê, nesta altura já uma Escola Municipal Rural, mas com orientação pedagógica do Grupo Escolar Vicente de Carvalho, quando ainda não havia concluído a qualificação profissional, acabou por realizar seu sonho maior que estava gravado em seu subconsciente, a arte de tornar-se professora.

Lecionando no período da manhã, no período da tarde ia para Santos, estudar o curso Normal no Colégio Tiradentes. Paulatinamente foi

descobrindo sua verdadeira vocação e a utilidade para as crianças de ter

Fig. 10 - Professora MERCEDES DAMIN fotografada por este autor em sua residência em 11/09/2007.

contato com uma educação formal, culminou com sua dedicação integral por um período de 32 anos, onde recebeu apoio total de sua família.

No Colégio Tiradentes fez o curso Normal, tornou-se professora e sempre quando existia a oportunidade, continuou se atualizando, embora não conseguiu lembrar-se de maiores detalhes de novos estudos. O curso Normal foi realizado em 03 anos. No Colégio Tiradentes tinha aulas de português, matemática, latim, francês, geografia, história, canto e piano, destacando como as principais. Em ciências estudavam o corpo humano, os ossos.

Novamente sendo provocada nas suas lembranças, recorda que os professores faziam cursos de atualização, ficavam semi internados, (para professora Mercedes Damin considerava o semi internado quando o curso durava o dia inteiro) voltavam para casa à noite. Vinham professores de São Paulo, do Rio de Janeiro para ministrar aulas ou palestras.

Esses cursos eram organizados pela Prefeitura Municipal de Guarujá com apoio do governo do Estado de São Paulo. Enquanto professora da rede municipal de ensino, todo material didático pedagógico que achava interessante utilizar em suas aulas, para um melhor entendimento ou facilidade para os alunos, era adquirido por ela, na cidade de Santos.

Para se deslocar de sua residência em direção à Escola Municipal Rural do Perequê para exercer suas atividades de professora, utilizava uma charrete fornecida pela Prefeitura e o caminho era pela areia da Praia da Enseada, mesmo quando o tempo estivesse chuvoso. Utilizava capa e guarda chuva. Em dias de forte ressaca ou maré alta, as aulas eram suspensas por falta de condições de transpô-las.

Também em Santos para completar sua formação e utilizar como um recurso pedagógico, estudou datilografia onde pode facilitar a aprendizagem e a leitura de seus alunos levando trabalhos datilografados e ajudando-os nas provas. Trabalhou muito em sua residência para poder levar as matérias prontas para a escola. Levava revistas e jornais para os alunos ficarem atualizados, não esquecendo dos lanches e remédios quando solicitados pelos pais de seus alunos.

O aprendizado sempre foi uma troca de ensinamentos. ”Aprendi muito com os meus alunos. O recreio era curto porque gostavam de ficar na

sala conversando comigo, eram muito educados e carinhosos.”

Quando eles passavam para o quarto ano do primário, - não existia esta série na escola - então a professora trazia dois alunos para sua casa; possuía um quarto onde eles ficavam e estudavam para poder concluir o curso, voltando para sua casa nos finais de semana.

A Escola Municipal Rural do Perequê foi uma escola mutisseriada, com primeira, segunda e terceira séries; todos os alunos meninos e meninas na mesma sala, onde a professora Mercedes Damin dividia por fileiras; houve anos com vinte alunos e anos com trinta alunos aproximadamente.

Os alunos aprendiam com a cartilha Caminho Suave, uma cartilha que ela tirava cópia e distribuía para eles. No Colégio Tiradentes, enquanto aluna, os professores recomendavam livros que ela tinha que comprar, sendo que alguns não tinham em Santos e era preciso ir para São Paulo para adquiri-los.

No mês de junho havia a Festa do Livro na Cidade de Guarujá, quando os alunos ganhavam a cartilha Caminho Suave e livros onde tinha a História do Brasil resumida. A única coisa que os alunos tinham era a escola e ela incentivava a leitura. Não havia Biblioteca nas escolas rurais e nem na de Guarujá.

Depois de aposentada, a professora Mercedes Damin seguiu trabalhando, alfabetizando várias pessoas sem cobrar nada.

Recebia as provas lacradas da Delegacia de Ensino de Santos, eram abertas na hora de sua utilização e na vista de todos os alunos. As provas corrigidas eram entregues para o diretor da Escola Grupo Escolar Vicente de Carvalho que depois repassava para os professores das outras

escolas.

As provas lacradas eram abertas na frente dos alunos para incentivar a honestidade. As provas eram revisadas pelos professores e depois mandadas para a Delegacia de Ensino em Santos.

Como orientação pedagógica, após as provas finais de dezembro os professores se reuniam na Delegacia de Ensino, na cidade de Santos. Também dentro de sua didática pedagógica, a professora Mercedes Damin realizava provas semanais ou quinzenais para ver o desenvolvimento dos alunos, caminhava entre eles para observar e chamar atenção para as dificuldades.

Iniciando a conclusão de sua entrevista, a professora Mercedes Damin fala que os professores que ministravam aulas em escolas rurais, a cada 05 (cinco) anos ganhavam 01 (um) ano a mais de serviços prestados para auxiliar na contagem de tempo de sua aposentadoria. Nesta época eram 05 (cinco) professoras, de escolas rurais na Cidade de Guarujá, a saber: Perequê, Enseada, Praia da Santa Cruz dos Navegantes, Vicente de Carvalho e o que conhecemos hoje por Conceiçãozinha, na área próxima ao atual do Colégio Primeiro de Maio, uma por Escola, se encontravam nas reuniões que eram feitas no Grupo Escolar Vicente de Carvalho; não havia diretores nas escolas rurais e quando tinha dúvidas conversava-se com o Diretor Municipal, que era o do Grupo Escolar Vicente de Carvalho.

A professora Mercedes Damin termina sua entrevista com o seguinte pensamento:

> Todos os males da humanidade estão diretamente ligados à cultura e à educação. Quando a população tiver acesso à educação e à cultura, saberá melhor reivindicar as causas. Professora Mercedes Damin.

3.4.2 A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA JOSEFINA AGOSTO

Da mesma maneira, a entrevista proporcionada pela professora Josefina Agosto, foi cercada de muita emoção e lembranças de um passado presente, que deixou marcas positivas de uma vida vivida intensamente.

Começou aprender a ler e escrever em uma escola tradicional na cidade de Santos conhecida como Liceu Feminino Santista, onde por lembranças e histórias ouvidas e contadas por seus país e amigos, concluiu que era necessário fazer alguma coisa e decidiu pela profissão de lecionar.

Fig. 11 - Com vinte anos de idade forma-se professora em 1937, no Liceu Feminino

Santista, foto cedida por ela, professora Josefina Agosto.

LYCEU FEMININO SANTISTA

Eu, Zany de Sá Goulart, Presidente da Associação Feminina Santista, faço saber que, á vista das approvações obtidas pela alumna Josephina Agosto nas materias do curso deste Lyceu, confiro-lhe, no uso da faculdade que me é dada pelo Regulamento, o presente DIPLOMA com o qual gosará de todos os direitos e prerogativas inherentes a esse titulo.

Santos, 10 de Dezembro de 1937

A Presidente:
Zenyde de Sá Goulart

A Diplomada:
Josephina Agosto

A E da Instrucção:
Dr. de Azevedo Marques

Fig. 12 - Diploma do curso Normal de Josefina Agosto. Diploma original doado por ela para ficar fazendo parte do arquivo da Unisantos, juntamente com outros documentos e fotos.

Fez a observação que na época, poucas oportunidades existiam para a mulher que seguia os rígidos padrões da família tradicional brasileira. Concluiu seus estudos no Liceu Feminino Santista, terminando o curso Normal para formação de professores com os concluintes de 1937.

A escolha da profissão foi por acaso, resolveu dar aulas para fazer alguma coisa e depois gostou e continuou por vinte e cinco anos. Os professores eram muito respeitados pelos alunos.

Na época não existia escola de curso Normal, então o Liceu Feminino Santista foi fundado para suprir essa necessidade. Terminou seus estudos com vinte anos e a então normalista começou a trabalhar como professora com vinte e sete anos na Prefeitura de Guarujá, no Bairro conhecido popularmente como “Pouca Farinha”, mas seu nome é Bairro da Praia de

Santa Cruz dos Navegantes.

“Trabalhei 05 (cinco) anos na Junta Militar em Santos, quando sai, entrei na Prefeitura de Guarujá registrada como professora. O Liceu foi feito para suprir a falta de professores em Santos”. Em Guarujá a professora Josefina Agosto explica que na época, a escola foi construída para atender os filhos dos militares que moravam no então Bairro residência. Com o crescimento, a escola tornou-se pública, assumindo a Prefeitura Municipal de Guarujá, e passou a denominar Escola Rural da Praia de Santa Cruz dos Navegantes.

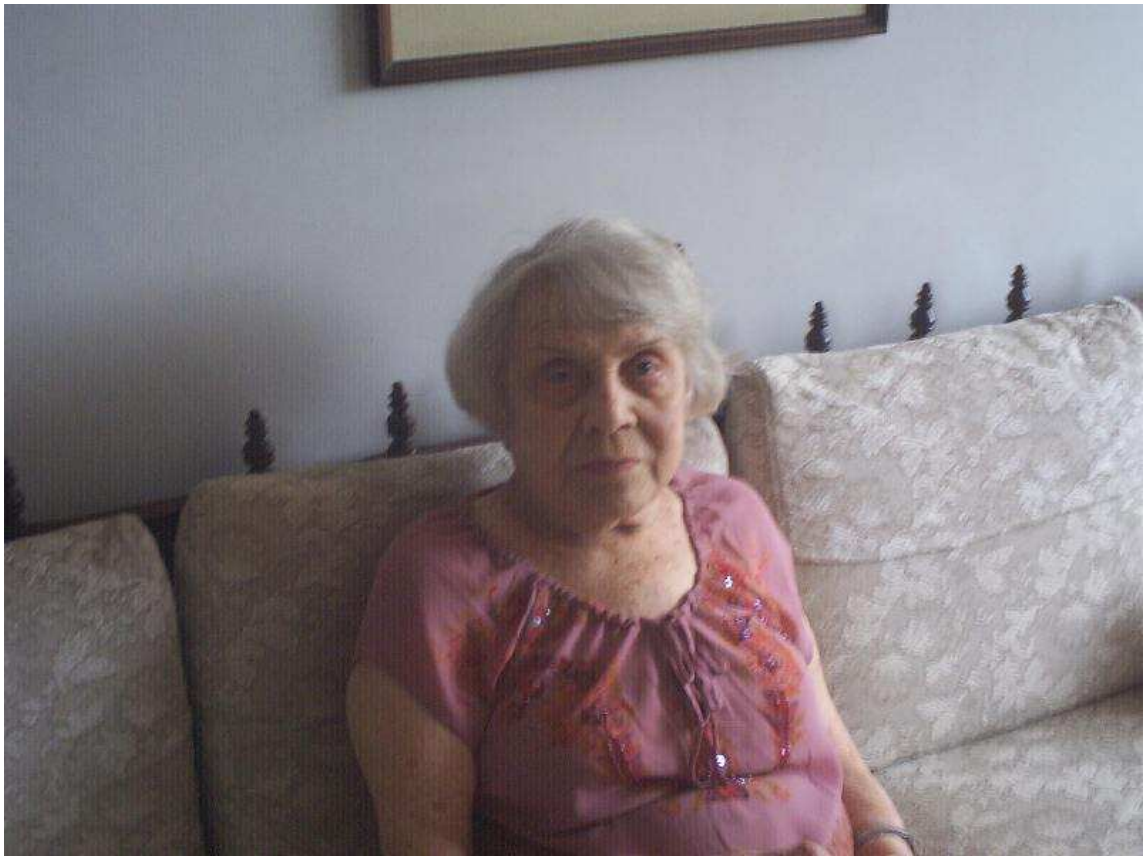

Fig. 13 – Professora Josefina Agosto. Fotografada por este autor em sua residência no dia 15.10.2007.

Relatou que a classe era muito bem arrumada, ficava no térreo e

dividia o espaço com os militares ali estabelecidos. Quando os militares transformaram em Clube de Pesca, o espaço ficou pequeno, mudaram para o andar de cima, deixando um espaço maior para a escola.

A sala de aula era uma classe multisseriada, com as três séries juntas anexadas, sendo a primeira, segunda e terceiras divididas por fileiras. Os alunos em sala de aula estavam sempre em movimento, enquanto uma turma lia, outra turma escrevia. O método pedagógico utilizado era a cartilha Caminho Suave.

Trabalhou vinte e cinco anos como professora. Enquanto professora ensinou e aprendeu com os seus alunos. Naquela época era a única professora da escola. Quando a quantidade de alunos começou a aumentar, a escola que já possuía alunos filhos de militares e filhos dos pescadores moradores do Bairro de Santa Cruz dos Navegantes passou a receber novos alunos de um novo bairro que se formava, Praia do Góes, foram necessários mais professores. Eram três classes. Mas nessa época já estamos em meados dos anos cinquenta.

Na escola os recursos de cadernos, lápis e outros materiais não faltavam. Inclusive tinha uma pequena biblioteca para uso da escola, herança dos militares. Escrevia a matéria na lousa e realizava ditados. Naquela época o curso Normal era suficiente para formar professores.

Trabalhava das 08h00 às 12h00 horas e de segunda a sábado. As festas que eram comemoradas: Independência do Brasil no dia 07 de setembro e o dia do Professor no dia 15 de outubro.

Morava no bairro do Campo Grande em Santos, pegava ônibus na Avenida Ana Costa se dirigia até a Ponta da Praia onde pegava uma canoa

para atravessar para Guarujá. Foi a primeira professora da escola, onde trabalhou por 25 anos.

As escolas da Prefeitura estavam ligadas ao Grupo Escolar Vicente de Carvalho situado à Avenida Puglisi, atualmente o E. E. Vicente de Carvalho.

As crianças iam para escola descalças e muitas mal vestidas. Na sala de aula tinha mais de uma lousa, uma para cada série onde era escrita a matéria de cada turma. Ensinava a ler, escrever, além de História, Geografia e tinha aulas de Religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar a este momento da dissertação, propõe-se que, em primeiro lugar, o autor verifique a pertinência de suas hipóteses, a obtenção de seus objetivos e a eficácia de seus recursos metodológicos. Tal procedimento oferece ao leitor o fim de um trabalho árduo, de muitos meses, que percorreu diferentes espaços reais e virtuais até atingir o ponto de chegada, onde um trabalho acadêmico pode ser considerado como concluído, ainda que sempre inacabado.

Assim, ao retomar à hipótese levantada a respeito da função formadora e da função atuação para um período que vai de 1891 a 1950, os relatos confirmam que, inicialmente, as primeiras escolas eram conduzidas apenas pela figura do professor que assumia, então, também a função de dirigir os trabalhos. No entanto, na década de 30, já há a referência da figura do diretor na escola que funcionava no chalé da Rua Mário Ribeiro, nº 39. Portanto, a hipótese passa a ser parcialmente verdadeira.

Essa constatação é pertinente, se forem consideradas as informações de que, apenas a partir de 1920, a Faculdade de Educação passou a ter a incumbência de formar profissionais destinados a direção das unidades escolares, ampliando a ação que era realizada pelas escolas normais e criando disciplinas cada vez mais afeitas às práticas de formação: de Administração Escolar, Legislação do Ensino e outras. (SANTOS, 2002, pg. 65). Somente em 1939 é que começa a se estruturar a organização de um curso de pedagogia.

A atuação do professor na função de gestor educacional na Vila de Guarujá não foi diferente, pois, daquela executada no Brasil, conforme a Lei Estadual n. 88 de 1892 que, quanto ao ensino primário preliminar, aponta que o professor e o gestor eram a mesma pessoa, inclusive com suas funções (con) fundidas. É possível concluir que o mesmo ocorreu na Vila de Guarujá, quando a Sra. Raquel de Castro Ferreira exercia essa dupla função na escola que funcionava na sua residência, situada à Rua Petrópolis número 31; posteriormente no chalé de número 41 e voltando a sua residência reformada, chalé número 31. Propõe-se que esta situação perdurou até o ano de 1932, quando se pode afirmar que, a partir dessa data, o *Grupo Escolar de Guarujá,* e logo depois *Grupo Escolar Vicente de Carvalho*, passou a ter um gestor, que era o diretor nomeado pelo Governo do Estado e os professores subordinados a ele.

Como foi registrado, essa inquietação sobre a escolarização e a figura de um professor conduziu à problematização para outros enfoques, que se transformaram em objetivos, os quais foram sendo gradativamente alcançados, especialmente em decorrência dos depoimentos prestados, pois, como amplamente explicitado, os poucos documentos que registram questões referentes à educação são advindos da imprensa ou de documentos pessoais - o caso dos diários consultados.

Esses diários originais, um do senhor Pedro Luis Pereira de Souza e outro do senhor Lauro Barros Siciliano, fornecidos pela senhora Vera Piza Figueira de Mello Falkenberg, demonstram que o que existe em compêndios e literatura não passa de cópias e transcrições, apesar dos fatos serem verídicos, confirmando a falta por completo de informações e documentos considerados

"oficiais".

Se um dos objetivos propostos era (re)contar a história pela memória viva daqueles que, mais ou menos próximos, viveram esse período ou tiveram informações a respeito dele, o autor pode se considerar vitorioso. Os depoimentos estão impregnados de sensibilidade, de emoções recordadas e revividas, além de serem coerentes nos dados históricos que resgatam, atendendo às intenções do autor expostas na introdução deste trabalho. Não há contradições entre os relatos, ainda que possam se dar de forma diferente.

Por conseguinte, o procedimento metodológico adotado - coleta de depoimentos - constitui um adequado e certeiro instrumento utilizado para (re)escrever este resgate de um período histórico, com ênfase no processo educativo e escolar.

O que pode ser avaliado pelo mestrando é que, por serem sujeitos já em idade mais avançada, existe uma dificuldade maior na condução da entrevista. Vendo-se valorizados (impressão deixada no autor), sua verbalização se dá de forma espontânea e nem sempre em sentido linear, no tratamento de diferentes assuntos. O relato dos depoimentos pode evidenciar esta observação, quando saltitam entre recordações, as mais diferenciadas.

Se por um lado esse resultado significa a riqueza de apreender o ritmo e a fecundidade dos fatos rememoriados, poderia indicar, também, alguma dificuldade do pesquisador na condução das entrevistas, uma vez que se considera imprescindível estar atento aos objetivos da entrevista e saber conduzi-la com técnicas adequadas na perspectiva da obtenção desses objetivos.

Com a devida justiça, o autor avalia que seu envolvimento pessoal e

suas relações amigáveis com os sujeitos da pesquisa podem ter contribuído para que alguns relatos fossem mais "confusos" (se assim podem ser qualificados), pois a condução da entrevista não teria sido a mais desejável.

Como produto final, porém, pode-se avaliar que, basicamente, todas as indagações propostas obtiveram algum tipo de resposta e puderam compor um conhecimento razoável sobre o período, em suas bases estruturais e conjunturais, enfatizando-se a questão da oferta de escolas aos moradores da localidade, reportando como eram do ponto de vista de sua dinâmica pedagógica e administrativa.

Ainda que sem um acurado aprofundamento, parece ter sido possível apreender um perfil daqueles profissionais que se dispunham a ensinar - as professoras - e o daqueles que se dispunham a dirigir - o diretor/gestor escolar. Pouco se soube sobre sua formação, mas foram muito enfatizados o respeito e a admiração que a eles eram dedicados pela sociedade local.

A partir de tudo o que foi ouvido e lido, é possível inferir que havia um "proceder" pedagógico, o qual, embora não se possa apresentar como teoria pedagógica (até mesmo pela ausência de informações necessárias, sejam elas bibliográficas ou em forma de depoimentos), sinaliza na direção de apontar a que tipo de cidadão se dirigia, qual o conteúdo cívico e religioso ministrado para que essa instrução atendesse às necessidades sociais e pessoais do momento, bem como as formas de ensinar e de educar, evidenciando relações sociais hierarquizadas.

Uma das considerações que pode ser feita é que, ao que tudo indica, não havia uma política educacional oficial e direcionada, até pelo isolamento em que a localidade e a escola se encontravam. Apesar de os depoimentos

assinalarem a vinda de inspetores estaduais para a realização das avaliações e dos exames, ou mesmo de envelopes fechados com as provas a serem aplicadas, parece que só a partir de 1926, quando a Vila de Guarujá passa a ser Prefeitura Sanitária e, talvez, após 1932, é que o estado assume as diretrizes educacionais para o município, as quais só se mostram efetivamente atuantes após a inauguração do *Grupo Escolar Vicente de Carvalho*.

Para tentar fechar algumas lacunas decorrentes ou do pouco material bibliográfico existente ou de relatos não tão claros, o autor propõe que, até 1928, funcionou a escola da professora Raquel de Castro Ferreira. Como no ano seguinte ela se mudou para Santos, para não ficar sem escola, provavelmente como um aviso prévio de que iria mudar, acelere o processo para o Estado assumir realmente o ensino oficial. Nesse momento, é aberta uma nova escola, comandada pela professora Hercília, moradora em Santos, paga pelo Estado, que vinha diariamente e ministrava aulas em um chalé improvisado, em frente ao da professora Raquel de Castro Ferreira, já na Rua Mário Ribeiro. Nessa época, no cruzamento da Rua Mário Ribeiro com a futura Rua Petrópolis, na esquina do lado direito, ficava a casa da professora Raquel de Castro Ferreira e, do lado esquerdo, o chalé adaptado, comandado pela Professora Hercília. Considera-se que este seja um momento especial de transição.

Pode-se deduzir que, em todas as circunstâncias relatadas neste trabalho, havia condições para que as crianças, meninos e meninas, embora separados, frequentassem a escola, com ou sem uniforme, com ou sem material escolar, com maior ou menor facilidade de locomoção. Essa escola que se destinava a um público alvo específico - moradores locais, filhos de

caiçaras e de trabalhadores - existentes desde a Vila Balneária até a dotação pelo estado de uma escola estadual oficial, procurava cumprir um dos objetivos da educação formal que é a transmissão de conhecimentos, a partir da leitura, da escrita e do raciocínio matemático.

O autor tem consciência de que a escola em estudo, com todas as implicações subjacentes a esse conceito, enquanto uma ação viva, poderia ser abordada de forma crítica, pois as próprias características da localidade a mostravam (e ainda mostram, embora com significativos indicadores de uma "popularização") como reduto de uma elite burguesa, detentora do capital brasileiro e que constituía, portanto, a classe dominante do pais.

Como coloca GUARESCHI (1980), com certeza a escola de que se ocupa este trabalho também era um aparelho reprodutor da sociedade, constituindo a superestrutura social. Vieses ideológicos com certeza existiam - festividades cívicas, práticas religiosas - mas não era esse o caminho que sinalizava o norte deste estudo, razão pela qual não foi trilhado, ainda que (re)conhecido.

Pretende-se, pois, com modéstia, mas com satisfação, que este trabalho seja mais uma fonte de pesquisa não só para que este autor tenha estímulo para prosseguir em novos estudos, mas que também possa compor o acervo, ainda tão precário, a respeito do período - 1891/1950 - em termos das práticas educativas exercidas na Vila de Guarujá.

O autor se declara, pois, grato a todos que participaram desta trajetória e plenamente realizado em seus estudos, uma vez que conseguiu transformar seu projeto inicial em uma dissertação que (re) escreve a trajetória da Formação e Atuação do Educador no Município de Guarujá, na época

proposta de 1891 até 1950, (re) contando sua História.

SENHOR

Ajuda-me a escolher a verdade diante dos fortes,
E não escolher mentiras para ganhar o aplauso dos fracos.
Se me deres fortuna, não me tire à razão.
Se me deres êxito, não me tire à humildade.
Se me deres humildade, não me tire à dignidade.
Ajuda-me sempre a ver a outra face da moeda.
Não me deixe acusar de traição os demais por não pensar como eu.
Ensina-me a amar as pessoas como a ti mesmo
e a não julgar-me como os demais.
Não me deixe cair em orgulho se triunfar.
Mas, lembre-se que o fracasso é a experiência que precede o triunfo.

GANDHI

FONTES E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial:** 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2 ed.. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed.. São Paulo/SP: Moderna, 1996.

_____. **Filosofia da educação**. 2. ed.. São Paulo/SP: Moderna, 2002.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: FFCL/USP, 1956.

_____ (org.). **Brasil a terra e o homem**. Vol I. A Vida Humana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade***:* lembranças de velhos. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

CAMPANÁRIO, Manoel de Abreu. **Hans Staden:** o homem e a obra. São Paulo: Parma, 1980.

CARONE, Edgard. **A Primeira República** (1889-1930). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

DAMASCENO, Monica de Barros e MOTA, Paulo. **Pérola ao Sol -** Apontamentos para uma história de Guarujá. Publicação do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Guarujá, 1991.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis -** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE MASI, Domenico (org.). **A sociedade pós-industrial**. 3ª ed.. São Paulo: Senac, 2000.

DUARTE, Paulo. **O sambaqui visto sobre alguns sambaquis**. São Paulo: Universidade de São Paulo, s/d..

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 6 ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos. 1965.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 6. ed.. São Paulo: Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FÁVERO, Osmar (org). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823 – 1988.** São Paulo: Editora Autores Associados, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**, em 3 artigos que se completam. 2 ed. São Paulo, Cortez, 1982 (Polêmicas do Nosso Tempo, 4).

_____, **Educação como prática da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971 (Ecumenismo e Humanismo, 5).

_____, **Pedagogia do oprimido**, 8 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 (O Mundo, Hoje, 21).

GALLO, Sílvio. **Educação anarquista** – um paradigma para hoje. 2. ed.. Piracicaba/SP: Unimep, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia critica. Alternativas de mudanças** 23ed.. Porto Alegre/RS: Mundo Jovem, 1990.

GUIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

GLEZER, Raquel. Visões de São Paulo: In**: Imagens da cidade, séculos XIX e XX.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

GUIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, Vol l e 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

HOMBERG, Hans Staden de. **A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens**, (J 548-1555). tradução: Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

JORGE, Salomão. **As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont.** São Paulo: Nova Época Editorial, 1973.

KARWINSKY, Baronesa Esther Sant' Anna de Almeida. **O caiçara**. Guarujá/SP: Associação de Folclore do Guarujá, 1993.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber** - manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LOVE, Joseph. **A locomotiva**: São Paulo na Federação Brasileira - 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. **Memórias para a história da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo** *.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

MATOS, Odilon Nogueira de**. Hans Staden, o patriarca da biblioteca estrangeira sobre o Brasil.** Diário Oficial do Estado de São Paulo**.** - Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 21 de abril de 1998.

MEDEIROS, Diva B.. Guarujá *in* **A Baixada Santista** - *aspectos geográficos .Vol.* III. Guarujá: Universidade de São Paulo, 1965.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOREIRA, Silvia. **São Paulo na 1ª República** - as elites e a questão social. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1998

MOURA, PE. Laércio D. de. **A Educação Católica no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MUNIZ JR, J.. **Fortes e fortificações do litoral santista**. Santos: Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1982.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira das origens aos nossos dias.** 15. ed.. São Paulo, 1999.

NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral) e SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da modernidade pedagógica. *In*: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000.

OLAO, Rodrigues. **Veja Santos**. Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1973.

ORLANDI, Luiz B. Lacerda. **Administração escolar**: uma análise crítica. São Paulo: Cortez, 1988.

PEREIRA, Maria A.Franco. **Santos nos caminhos da educação popular**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e população. in **A Baixada Santista** – aspectos geográficos. Vol. II. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo e outras cidades -** produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: HUCITEC, 1994.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Historia da educação brasileira**. A organização escolar. 17. ed. ver./ampl.. Campinas/SP: Autores Associados, 2001. – (Coleção Memória da Educação).

RODRIGUES, Luiz Melo. Vicente de Carvalho in **A Baixada Santista -** aspectos geográficos. Vol. III. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 26. ed.. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

SABOYA, Elaine. **O senhor da ilha** - Fernando Lee. Santos: Unisanta editora, 1998.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

SANTOS, Francisco Martins dos. **Pequena história de Guarujá**. 1967-1968. Lions Clube Guarujá. (notas escritas pelo historiador da Baixada Santista, a pedido do Lions Clube).

_____. **História de Santos.** São Vicente: Caudex, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole** - São Paulo - sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SICILIANO, Lauro Barros. **Guarujá-Bertioga**. Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, órgão da Secretariada Cultura, Ciência e Tecnologia do governo do Estado de São Paulo São Paulo: 1958-1978.

SKIDMORE, Thomas**. Brasil:** de Getúlio a Castelo. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a importância da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 - 1910).** São Paulo: Fundação Editora Unespe, 1998 – (Prismas).

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. **Um outro olhar**: filosofia. São Paulo: FTD. 1995.

TABACCHI, Jesus Rudney. **O cargo de diretor de escola**: origem e evolução no sistema escolar paulista. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC, 1979.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação**: A escola progressiva ou a transformação da escola. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado -** história oral*.* 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal***.* Tomo I, São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1926.

VAZ, Ângela Omati Aguiar. **Guarujá, três momentos de uma mesma história**. Santos/ SP: Espaço do Autor, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In. LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000.

2. Jornais

FINCATTI, Léllis Antonio. **Conheça a cibercultura**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 29.05.03.

_____. **Dislexia – conheça melhor esse problema.** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 01.05.03.

_____. **Português, ainda escrevemos essa língua?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 17.04.03.

_____. Educação: **Guarujá inova no ensino: pré-escola e ensino fundamental**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 10.04.03.

_____. **Meio ambiente pode vir a ser disciplina escolar**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 03.04.03.

_____. **Avaliações institucionais e de desempenho no ensino superior**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 28.03.03.

_____. **qual desses brasis é o nosso Brasil?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 21.03.03.

_____. **A difícil arte de saber educar e administrar**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 07.03.03.

_____. **Você sabe o que é educação?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 20.02.03.

_____. **Milagres! só um fez e foi crucificado.** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 13.02.03.

_____. **Amigo professor, você é um show!** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 06.02.03.

_____. **Analfabetismo ou educação?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 30.01.03.

_____. **Educação sexual – como lidar com isso?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 23.01.03..

_____. **Os novos rumos de nossa educação.** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 09.01.03.

_____. **Somos todos alunos e professores?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP 14.12.03.

_____. **Meio ambiente.** *In:* Jornal 1ª Hora**.** Guarujá/SP, 07.12.03.

_____. **Negros e educação no Brasil: resgate ou obrigação?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 05.12.03.

_____. **Paulo Freire: a leitura do mundo por Frei Beto.** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP**,** 28.11.03.

_____. **Universidade pública – ficamos órfãos?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 21.11.03.

_____. **Como começaram as mudanças no ensino?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 14.11.03.

_____. **Educação: a solução está no afeto**. *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 07.11.03.

_____. **Quem educa: a escola ou a família?** *In:* Jornal 1ª Hora. Guarujá/SP, 31.10.2003.

- 1ª Hora, de 29/06 a 05 julho de 2000, artigo “A última moradora do Grande Hotel La Plage”, p.4.

- Tribuna, 30/06/1993, p.3 – Suplemento Especial, arquivo particular de Maria Cardoso Amorim, sobre a Cidade de Guarujá.

- Jornal da Tarde, 07/05/1992, Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa, artigo sobre cassinos.

- Jornal da Tarde, 10/03/1976 – Nos próximos verões. Grupo O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 21,22,23 e 24, arquivo particular de Maria Cardoso Amorim.

- Tribuna 19/07/1953 – Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa, artigo Meus 50 anos na Companhia Prado Chaves – um livro de reminiscência de Pedro Luis.

- Tribuna, 01/05/1946 – Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa, artigo sobre a proibição do jogo no Brasil.

- Tribuna, 03/05/1946 – Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa. Artigo sobre a proibição do jogo no Brasil.

- Correio da Noite, 30/04/1946, artigo sobre a proibição do jogo no Brasil.

- Tribuna, 02/04/1946 – Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa, artigo sobre a proibição do jogo no Brasil.

- O Estado de São Paulo, 22/12/1932, Suplemento Santos Dumont em Rotogravura.

- Tribuna, 24/07/1932 – Hemeroteca Municipal de Santos Roldão Mendes Rosa, artigo sobre a morte de Santos Dumont.

- Tribuna, 31/05/1984 – Crime contra a História. Destruição do último chalé existente na Cidade de Guarujá.

- Correio Paulistano, 06/09/1893 - Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reportagem sobre “A Balneária”, pág. 2.

- Diário de Santos, 06/09/1893 – Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, reportagem sobre a “Vila de Guarujá”. Capa e pág. 3.

3. Fontes Diversas:

- Diário pessoal do Sr. Pedro Luis Pereira de Souza - “Os primeiros cinqüenta anos da Companhia Prado Chaves”. Fornecido pela sra. Vera Lucia Pizza Mello Falkemberg.

- Diário pessoal do Sr. Lauro Barros Siciliano - “Os primeiros cinqüenta anos da Vila de Guarujá”. Fornecido pela sra. Vera Lucia Pizza Mello Falkemberg.

- Folheto de propaganda do Grande Hotel, editado na década de vinte, arquivo particular de Maria Cardoso Amorim.

- Caderno do Grande Hotel Guarujá Ltda., editado na década de cinqüenta, arquivo particular de Elza Mingotti.

- Fundação “Casa de Cabangu” – FUNCCAB, esclarecimentos sobre a assinatura de Santos-Dumont, representada por Mônica Castelo Branco.

- Guia Histórico e Turístico da Ilha do Sol – Guarujá – 1964, arquivo particular de Maria Cardoso Amorim.

- Guia Histórico do Guarujá, números 1 e 2, respectivamente de 2001 e 2002. Editor Geraldo Anhaia Mello.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dados do Censo 2000.

- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, 9ª Coordenadoria Regional e Departamento de Cultura de Guarujá – estudo para implantação do Parque Arqueológico São Felipe, data provável 1997.

- Inventário de Assentamentos irregulares do Município de Guarujá, PMG, 8/10/1999.

- Calendário 2001 da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

- Livro de Registro dos empregados do Grande Hotel Guarujá Ltda., arquivo da Câmara Municipal de Guarujá. Ano 1933/34.

- Plano Plurianual de Assistência Social de 2002 a 2005 da Prefeitura Municipal de Guarujá.

- Rodada preparatória de diretrizes de desenvolvimento, Prefeitura Municipal de Guarujá, 30/03/2001.

- Tabela de dados elaborada pelo economista, doutorando Prof. José Pascoal Vaz, maio de 2001.

4. Consultas Eletrônicas

http://www.camaraguaruja.sp.gov.br **.** Consulta ao site oficial, dias 12.12.08 e 19.12.08.

http://www.prefeituraguaruja.sp.gov.br **.** Consulta ao site oficial, dias 12.12.08 e 19.12.08.

http://www.sobreasondas.com.br **.** Consulta ao site oficial, dias 12.12.08 e 19.12.08.

http://www.terra.com.br **.** aos portais da educação e história. Consultas ao site nos dias 20.10.08, 07.11.08 e 06.12.08.

http://www.turismogja.sp.gov.br **.** consulta ao site oficial, dias 12.12.08 e 19.12.08.

http://www.uol.com.br **.** aos portais da educação e história. Consultas ao site nos dias 20.10.08, 07.11.08 e 06.12.08.

5. **entrevistas**:

Senhora Catharina Mussa GAZE, em seu estabelecimento comercial no dia 05.01.04.

Senhora Deolinda da Silva BALDIN, em sua residência no dia 09.11.03.

Senhora Iracema Fidalgo de OLIVEIRA, em sua residência no dia 12.01.04

Senhora Iraci Sório MORONI, em sua residência no dia 19.01.04.

Senhora Irene Maduro dos REIS, em sua residência no dia 02.12.03.

Senhor Jorge Jesus de ALMEIDA, na Câmara Municipal de Guarujá, no dia 26.11.03.

Senhora Josefina AGOSTO, em sua residência, no dia 15.10.2007.

Senhora Léa Bertoldi de SOUZA, em sua residência no dia 20.11.03.

Senhora Mercedes DAMIN, em sua residência nos dias 19, 26.11.03 e 11.09.07.

Senhora Rosa Fidalgo SALGADO, em sua residência no dia 14.01.04.

Senhora Vivina de Nascimento SANTOS, em sua residência no dia 15.01.04.

5.1 Por telefone

Senhora Vera Lucia Pizza Mello Falkemberg, para sua residência, vários contatos formais e informais para esclarecer duvidas, durante os anos 2003 e 2007 e 2008.

Senhora Josefina AGOSTO, para sua residência, no dia 25.10.08

Senhora Mercedes DAMIN, para sua residência no dia 19.10.08.

ANEXOS